



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

**Plano Diretor de Tecnologia da Informação e
Comunicação - PDTIC
2018-2020**

**CTIC – COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

Desembargador do Trabalho JOSÉ LUÍS CAMPOS XAVIER ;
Desembargador do Trabalho EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES ;
Juiz do Trabalho EPÍLOGO PINTO DE MEDEIROS BAPTISTA , Titular da 7ª Vara do Trabalho do Niterói;
FLÁVIO PIRES FERREIRA CLEMENTINO , Diretor-Geral (DG);
FABIO PETERSEN BITTENCOURT , Diretor da Secretária-geral Judiciária (SGJ);
ANDRÉ LUIZ PEREIRA MUNIZ , Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
BRUNO HENRIQUE FERNANDES FONSECA , Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Institucional (SDE).
EDUARDO PEREIRA BORGES , Coordenador da Coordenadoria de Governança de TIC (CGOV).

CGTIC – COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nome	Área	E-mail
André Luis Pereira Muniz	STI/STI-GAB	andre.muniz@trt1.jus.br
Eduardo Pereira Borges	STI/CGOV	eduardo.borges@trt1.jus.br
Jaqueline Maria Cruz de Souza	STI/CGNC	jaqueline.cruz@trt1.jus.br
Paulo César Castro Magalhães Martinez	STI/CTEL	paulo.martinez@trt1.jus.br
Cláudio da Silva Santos	STI/CSET	claudio.santos@trt1.jus.br
Alana Bueno Otsuka	STI/CSIS	alana.otsuka@trt1.jus.br

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDTIC

Nome	Área	E-mail
Sergio Henrique Goncalves Da Silva	STI/SECSIN	sergio.henrique@trt1.jus.br
Leliane Alencar Dantas	STI/SECSIN	leliane.dantas@trt1.jus.br
Cícero Soares Matos Junior	STI/SECSIN	cicero.junior@trt1.jus.br
Roberto Santos Lobão Barroso	SST/SST-GAB	roberto.lobao@trt1.jus.br
Flávio Torres Galano	STI/STI-GAB	flavio.galano@trt1.jus.br
Ilma Soraia Alves Lima	SST/SST-GAB	ilma.lima@trt1.jus.br
Josival Gonzaga Alves Junior	STI/STI-GAB	josival.junior@trt1.jus.br
Rômulo Oliveira Souza	SST/COAS	romulo.souza@trt1.jus.br
Alexandre Luiz Pereira de Souza	SST/COAS	alexandre.souza@trt1.jus.br
Eduardo Pereira Borges	SST/CITQ	eduardo.borges@trt1.jus.br
Gilberto Matias Cardoso Junior	SST/SST-GAB	gilberto.cardoso@trt1.jus.br

EQUIPE DA 1ª REVISÃO DO PDTIC - 2018

A primeira revisão do PDTIC foi coordenada pela Divisão de Planejamento Estratégico, Projetos e Conformidade de TIC (DPLAN) e contou com participação direta dos gestores e equipes das cinco coordenadorias da STI (CSIS, CGOV, CGNC, CSET e CTEL), havendo envolvimento também de outras unidades a elas vinculadas conforme a necessidade de levantamento e compilação de informações. Houve também envolvimento das seguintes áreas de negócio do TRT/RJ: Diretoria-Geral, Secretaria-geral Judiciária e Secretaria Geral da Presidência.

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
06/12/2017	1.0	Documento inicial	Equipe de elaboração do PDTIC
12/12/2017	1.1	Atualização dos critérios de priorização após deliberação do CTIC	Alexandre Souza
15/12/2017	1.2	Inclusão de referências dos Planos de Contratação e Capacitação de TIC	Leliane Dantas
10/12/2018	2.0	1ª revisão anual do PDTIC 2018-2020 aprovada na CTIC	Equipe da 1ª revisão do PDTIC - 2018

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	7
2	INTRODUÇÃO	8
3	TERMOS E ABREVIACÕES	8
4	METODOLOGIA APLICADA PARA ELABORAÇÃO	9
5	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	10
6	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	14
7	ORGANIZAÇÃO DA TIC	16
7.1	Inserção na Organização	16
7.2	Estrutura Organizacional da STI	17
7.3	Processos de Trabalho e Políticas de TIC	18
7.3.1	Políticas e Normas Complementares	18
7.3.2	Processos	18
8	RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR	21
9	REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC E ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO	25
10	INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	25
11	CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TIC	26
11.1	Capacidade de Pessoal	26
11.1.1	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	27
11.1.1.1	Coordenadoria de Sistemas (CSIS)	27
11.1.1.2	Coordenadoria de Governança de TIC (CGOV)	27
11.1.1.3	CSET, CGNC e CTEL	28
12	PLANO DE METAS E AÇÕES	29
12.1	Plano de Metas	29
12.2	Plano de Ações	29
13	PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS	31
14	PLANO ORÇAMENTÁRIO DO PDTIC	32
15	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	34
16	PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC	38
17	FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC	38
18	CONCLUSÃO	38
19	ANEXOS	40

Anexo I – Necessidades identificadas.....	40
Anexo II – Indicadores e metas	43
Anexo III – Plano de ações	44
Ações da CGOV - Coordenadoria de Governança e Segurança de TIC.....	45
Ações da CGNC - Coordenadoria de Gestão de Núcleo de Computação	56
Ações da CSET - Coordenadoria de Serviços de TIC	61
Ações da CSIS - Coordenadoria de Sistemas de TIC	65
Ações da CTEL - Coordenadoria de Telecomunicações.....	76
Ações não priorizadas para o período de vigência do PDTIC	78
Mapeamento entre as necessidades de TIC e as ações planejadas no PDTIC	91
Anexo IV – Estimativas de custeio e investimento das ações	101

1 APRESENTAÇÃO

A tecnologia da informação e comunicação – TIC – desempenha um papel cada vez mais importante no contexto das organizações públicas brasileiras, ampliando o alcance e acelerando a velocidade de transferência do conhecimento.

O foco principal da TIC é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais, ou seja, a TIC é uma das áreas que fornece o apoio para que o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região possa atender os requisitos de agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação.

Nesse contexto, na busca por uma melhor gestão dos recursos e pela maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TIC que viabilize e potencialize a melhoria contínua.

Desta maneira, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC - é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação que visa a atender as necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período, possibilitando alinhar os recursos aplicados na TIC, eliminar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos no que é mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão. É uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades.

Portanto, para contribuir com a realização da missão institucional do TRT/RJ, este documento desenvolvido a partir do Planejamento Estratégico de TIC objetiva orientar este Tribunal a planejar melhor as ações táticas e operacionais relacionadas à Tecnologia da Informação, auxiliando na solução de alguns dos grandes desafios enfrentados pela administração pública atualmente: o de possibilitar a maior efetividade no emprego dos recursos da TIC, colaborar para uma gestão integrada, com publicidade de realizações, resultando em maior benefício para a sociedade e maior transparência no uso de recursos públicos.

O PDTIC, com base no inventário de necessidades da TIC e na definição de metas e indicadores de desempenho, tem como propósito planejar e gerir as ações e os processos para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados às unidades de trabalho do TRT/RJ, e, conseqüentemente, ao Cidadão, além de estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do desempenho da área de TIC no âmbito deste Tribunal, servindo como instrumento de governança da TIC.

O período de validade deste PDTIC compreende o período relativo aos anos de 2018 a 2020, com revisões de acordo com a Seção [PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC](#).

2 INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de TIC consiste em um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade em determinado período. (IN/SLTI 04/2014, art. 2º, XXVII).

Este instrumento de gestão visa planejar as ações e investimentos a serem realizados em tecnologia da informação pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRT/RJ. Por se situar no nível tático de planejamento, constitui-se como importante ferramenta para instrumentalização dos Objetivos Estratégicos elencados nos Planos Estratégicos de Tecnologia da Informação. No âmbito do TRT/RJ, tais objetivos estão elencados no PETIC 2015-2020.

3 TERMOS E ABREVIACÕES

Na tabela abaixo, encontram-se alguns termos e abreviações utilizados no decorrer do documento:

CGTIC	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CTIC	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
DG	Diretoria Geral
EAD	Educação à distância
ERGON	Sistema de pagamento de pessoal utilizado no TRT/RJ
ESACS	Escola de Administração e Capacitação de Servidores
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAD	Processo Administrativo
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PJE	Processo Judicial Eletrônico
PAA	Plano Anual de Aquisições
SAPWEB	Sistema de acompanhamento processual (utilizado para os processos físicos do TRT/RJ)
SGJ	Secretaria Geral Judiciária
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIGEO	Sistema Integrado de Gestão Orçamentária
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SST	Secretaria de Soluções em Tecnologia da Informação
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
STIC	Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação
SWOT	Matriz de avaliação de Forças (<i>Strengths</i>), Fraquezas (<i>Weaknesses</i>), Oportunidades (<i>Opportunities</i>) e Ameaças (<i>Threats</i>)
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

4 METODOLOGIA APLICADA PARA ELABORAÇÃO

O PDTIC foi elaborado com base no processo de “Elaboração” previsto no Guia de PDTI do SISP versão 2.0 Beta. Entretanto, algumas adaptações foram necessárias para adequar o processo à realidade do TRT/RJ, dentre as quais destacamos:

- A nomeação da equipe de elaboração foi registrada em ata na reunião de abertura do projeto (*kickoff*), sem publicação;
- As recomendações referentes ao orçamento levam em consideração o Art. 7º da resolução 182/2013 do CNJ e o Planejamento Orçamento Anual do TRT/RJ;
- A análise SWOT utilizada foi elaborada por ocasião da elaboração do PETIC;
- As aprovações parciais foram realizadas pelos patrocinadores do projeto, Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) e a minuta pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC);
- Os referenciais estratégicos sugeridos pelo SISP foram substituídos pelos seus equivalentes na Justiça do Trabalho;
- As tarefas para levantamento das necessidades de informação, serviço, pessoal, infraestrutura e contratação foram levantadas em paralelo pelas duas Secretarias de TIC então existentes, SST e STI, para que fosse viável a elaboração, devido às restrições de data;
- Os modelos propostos pelo SISP para o inventário de necessidades e para o plano de metas e ações foram aprimorados para prover maior rastreabilidade e para possibilitar a estimativa de esforço necessário para desenvolvimento das ações.
- A metodologia SISP prevê que sejam identificados os riscos associados às ações planejadas. Entretanto, a equipe do projeto optou por restringir-se aos riscos que podem comprometer a execução do plano. Não há prejuízo nesta decisão, pois tais riscos são identificados e analisados posteriormente durante a execução das ações.

5 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Documento	Descrição	Caminho
Ato nº 67/2015	Referenda a aprovação, pelo Conselho Consultivo da Escola de Administração e Capacitação de Servidores-ESACS/RJ, do Plano Anual de Capacitação do ano de 2015 da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Soluções em Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/648146/Atos2015-0067-C.htm
Decreto-Lei nº 200/1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200compilado.htm
Resolução CNJ nº 182/2013	Art. 7º O Plano de Contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC do órgão deverá ser elaborado no exercício anterior ao ano de sua execução, pela Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, em harmonia com o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), de modo a incluir todas as contratações necessárias ao alcance dos objetivos estabelecidos nos planejamentos do órgão e de TIC.	http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2496
Acórdão nº 2308/2010 – TCU – Plenário	9.1.1. orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição.	http://www.ticonrole.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D7BC0B4014D8C4BF55573F5
Acórdão nº 1233/2012 – TCU – Plenário	9.1.1. orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição.	http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20120528/AC_1233_19_12_P.doc
COBIT 5	Modelo corporativo para Governança e Gestão de TI da Organização	http://www.isaca.org/cobit/pages/cobit-5-portuguese.aspx
Guia de PDTI do SISP, versão 2.0 beta:	Metodologia proposta pelo SISP, a qual dispõe sobre os padrões, orientações, diretrizes e modelos de documento para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	http://www.sisp.gov.br/guia/pdti/wiki/download/file/Guia_de_PDTI_do_SISP_v2_Beta.pdf
[Política de Governança de TIC] Resolução Administrativa nº 4/2016	Resolução Administrativa 4/2016 - Tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso de Tecnologia da Informação e Comunicação com as estratégias do TRT/RJ.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/733399/ResAdm2016-0004-C.htm
[PETIC TRT1] Plano Estratégico de TIC (Atos nº 07 de 2016 e nº 164 de 2017)	Atos de criação e alteração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/683537/Atos2016-0007-C.htm?sequence=1&isAllowed=y&#search=PETIC

[PETIC TRT1] Plano Estratégico de TIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.	https://www.trt1.jus.br/documentos/22026/9456535/PETIC+-Plano+Estrat%C3%A9gico+de+Tecnologia+da+Informa%C3%A7%C3%A3o+e+Comunica%C3%A7%C3%B5es+2015-2020+%28anexo%29.pdf
Acórdão 1603/2008 – TCU Plenário	9.1. Recomendar ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ e ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP que, nos órgãos integrantes da estrutura do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União, respectivamente: (...) 9.1.2. Atendem para a necessidade de dotar a estrutura de pessoal de TI do quantitativo de servidores efetivos necessário ao pleno desempenho das atribuições do setor, garantindo, outrossim, sua capacitação, como forma de evitar o risco de perda de conhecimento organizacional, pela atuação excessiva de colaboradores externos não comprometidos com a instituição; (...) 9.1.6. Envidem esforços visando à implementação de processo de trabalho formalizado de contratação de bens e serviços de TI, bem como de gestão de contratos de TI, buscando a uniformização de procedimentos nos moldes recomendados no item 9.4 do Acórdão 786/2006-TCU-Plenário; 9.1.7. Adotem providências com vistas a garantir que as propostas orçamentárias para a área de TI sejam elaboradas com base nas atividades que efetivamente pretendam realizar e alinhadas aos objetivos do negócio; (...).	http://www.mp.gov.br/portal-web/hp/12/docs/acordao_tcu_-_13-08-2008.pdf
Decreto nº 5.707/2016	Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm
[ENTIC-JUD] Resolução CNJ nº 211/2015	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2015-2020, em harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial o que estabelece a “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC”.	http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3052
[iGovTIC-JUD] Previsão no art.32 da Resolução CNJ nº 211/2015 – ENTIC-JUD	O iGovTIC-JUD foi desenvolvido com o propósito de possibilitar, ao CNJ, identificar, avaliar e acompanhar a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário.	http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/2011-09-15-18-45-02
[PETIC CSJT] Resolução CSJT nº 158/2015	PETIC CSJT	http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/74502/2015_res0158_csjt.pdf?sequence=1
Resolução Administrativa nº 01/2018	Política de Segurança da Tecnologia da Informação de Comunicação	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream-am/handle/1001/997576/ResAdm2018-0001-C.htm

Resolução Administrativa nº 16/2018	Política de Controle de Acesso relativo à Segurança da Informação e Comunicação	https://bdigital.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/1066408/ResAdm2018-0016-C.htm
[PEP 2015-2020] Planejamento Estratégico Plurianual do TRT da 1ª Região	Consiste no processo de identificação de objetivos e metas que se deseja alcançar, permitindo que, antecipadamente, decida-se sobre ações apropriadas para o atingimento destes.	https://www.trt1.jus.br/web/guest/pep-2015-2020
Resolução CNJ 182/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2496
Ato Nº 66/2015 - Planejar contratações de tecnologia da informação e comunicação	Estabelecer critérios e procedimentos para o planejamento de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em conformidade com a Resolução CNJ 182/2013.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/648145/Ato2015-0066-C.htm
[eMAG] Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico	Conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sites e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.	http://emag.governoeletronico.gov.br/
[WCAG] Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0	Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web, padronizadas pelo W3C (<i>World Wide Web Consortium</i> , Consórcio Web Mundial).	https://www.w3.org/TR/WCAG20/#conformance
ePING	A arquitetura ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.	http://eping.governoeletronico.gov.br/
ePWG	Os Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG) são recomendações de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas com o objetivo de aprimorar a comunicação e o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal.	https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/e-pwg-administracao.pdf
[Regimento interno] Emenda Regimental nº 24/2015	Regimento interno deste Egrégio	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/1865/RegimentoInterno_TRT-RJ.pdf
Diretrizes para a Gestão de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário	Apresenta as Diretrizes para a implantação da Gestão de Segurança da Informação (GSI) no Poder Judiciário, visando à proteção, principalmente, dos ativos críticos de negócio.	http://www.cnj.jus.br/images/dti/Comite_Gestao_TIC/Diretrizes_Gestao_SI_PJ.pdf
[PCN] Resolução Administrativa nº 32/2015	Política de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do TRT/RJ.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/662281/ResAdm2015-0032-C.htm

[PGR TIC] Resolução Administrativa nº 52/2017	Política de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do TRT/RJ.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/952857/ResAdm2017-0052-C.htm
[CTIC] Resolução Administrativa nº 14/2016	Cria o Comitê de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/756952/ResAdm2016-0014_Rep-C.htm
[CGTIC] Resolução Administrativa nº 15/2016	Estabelece a Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTIC) do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e suas atribuições.	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/755243/ResAdm2016-0015-C.htm

6 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os princípios e diretrizes são regras gerais que norteiam os conceitos de uma matéria, de forma a orientar uma tomada de decisão. Constituem proposições estruturantes para determinado fim, sendo, dessa forma, os alicerces de um assunto.

Esses elementos representam as estratégias relevantes com as quais a TIC deve se alinhar, pois são a base para as decisões ao longo do processo de elaboração do PDTIC. Os princípios e diretrizes mais relevantes foram identificados, levando-se em consideração àqueles que poderiam nortear a elaboração do PDTIC e sua execução, além das limitações do TRT/RJ e da área de TIC.

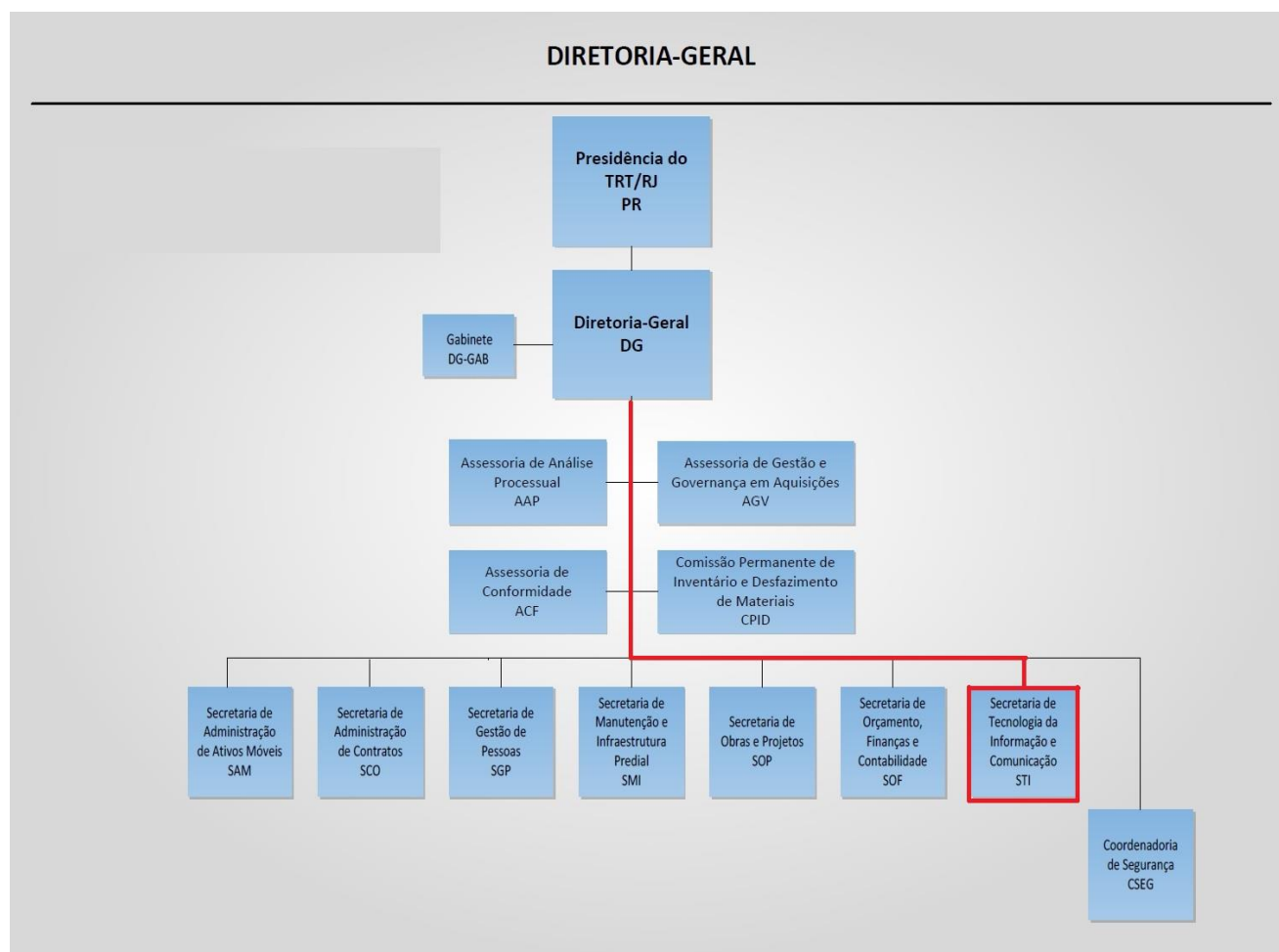
ID	Princípio / Diretriz	Origem
P1	Buscar estimular a terceirização das atividades de execução, priorizando a atuação dos servidores de TI em atividades de gestão.	- Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º e 8º;
P2	Toda contratação de serviços deve visar ao atendimento de objetivos de negócio, o que será avaliado por meio de mensuração e avaliação de resultados.	- Decreto nº 2.271/1997; - Acórdão 2.746/2010-P; - Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2010.
P3	O pagamento de serviços contratados deve, sempre que possível, ser definido em função de resultados objetivamente mensurados.	- Decreto nº 2.271/1997; - Acórdão 2.746/2010-P; - Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2010.
P4	Estabelecer os processos formais de gestão de serviços, incluindo, pelo menos, gestão de configuração, gestão de incidente e gestão de mudança, observando as boas práticas sobre o tema (e.g., NBR ISO/IEC 20000, ITIL, subitem II.7)	- Acórdão 1233/2012 - TCU-Plenário (9.2.8) - ITIL - Information Technology Infrastructure Library;
P5	Alinhar os produtos e serviços de TI aos planejamentos estratégico/tático/operacional do TRT1 (PEP, PETIC e PDTIC).	- Acórdão 1.603/2008 - TCU -Plenário
P6	Estabelecer mecanismos formais para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da Instituição	- Acórdão 2.308/2010 - TCU- Plenário
P7	Dirigir o sistema de Governança, assegurar a otimização de recursos, avaliar o gerenciamento de recursos conforme são preconizados nas boas práticas de Governança.	- <i>Information Technology Governance Institute</i> - ITGI, - COBIT - <i>Control Objectives for information and related Technology</i> . COBIT 5 - <i>Enabling Process</i>
P8	Promover a transparência das informações relacionadas à gestão e ao uso de TIC	- Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação - LAI - Information Technology Governance Institute - ITGI. - COBIT - Control Objectives for Information and related Technology. COBIT 5 - Enabling Process
P9	É dever de o Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando proteção.	- Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação - LAI

D1	Deve-se buscar a adoção de padrões de contratação e metodologia de desenvolvimento de software, bem como a padronização do ambiente de Tecnologia da Informação, visando à integração de Soluções de TI no âmbito da Justiça do Trabalho	- Resolução 211/2015 do CNJ (ENTIC-JUD), Cap. III, Seção I - Art. 11.
D2	Devem-se priorizar soluções, programas e serviços baseados em software livre que promovam a otimização de recursos e investimentos em tecnologia da informação.	- Portal do Software Livre da Presidência da República (www.softwarelivre.gov.br)
D3	Deve-se priorizar a implementação de sistemas comuns dentro da arquitetura applicativa definida pelo CSJT para o poder Judiciário do Trabalho.	- Princípio da Economicidade
D4	Adoção de padrões abertos no desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação, restringindo o crescimento do legado baseado em tecnologia proprietária, realizando a migração gradativa e considerando a possibilidade de integração entre sistemas ou um sistema integrador.	- Portal do Software Livre da Presidência da República (www.softwarelivre.gov.br)
D5	Aprimorar a coordenação, planejamento, controle e supervisão dos recursos de informação e informática para alcançar a autonomia em Governança de TIC.	- Resolução 211/2015 do CNJ (ENTIC-JUD) - Decreto 1.048/1994
D6	Priorização de plataforma Web no desenvolvimento de sistemas e interface de usuários	-Portal do Software Livre da Presidência da República (www.softwarelivre.gov.br)
D7	Deve-se elaborar e aplicar Política, gestão e processo de segurança da informação a serem desenvolvidos em todos os níveis da Instituição, por meio do Comitê Gestor de Segurança da Informação, e em harmonia com as diretrizes nacionais preconizadas pelo Conselho Nacional de Justiça.	- Resolução 211/2015 do CNJ (ENTIC-JUD), artigo 9.
D8	Preferência por sistemas de informação que sejam portáteis, interoperáveis, disponíveis para dispositivos móveis e que tenham conformidade com o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.	- Resolução 211/2015 do CNJ (ENTIC-JUD), artigo 20.
D9	Preferência por sistemas de informação de procedimentos administrativos já desenvolvidos, disseminados e experimentados no âmbito da Administração Pública.	- Resolução 211/2015 do CNJ (ENTIC-JUD), artigo 20.
D10	Coibir a implantação de sistemas ou módulos que mantenham integração com o PJe, sem prévia anuência do CSJT.	-Resolução CSJT 185/2017, artigo 44.
D11	É vedada a criação de novas soluções de informática para o processo judicial e realização de investimentos nos sistemas eventualmente existentes, bem como a realização de manutenções necessárias ao funcionamento dos sistemas já implantados, excetuando-se os casos que impeçam a execução das atividades de negócio	-Resolução CSJT 185/2017, artigo 61.
D12	Os TRTs devem abster-se de desenvolver localmente soluções de informática para atender a resoluções do CNJ, em especial aquelas que possuem alguma forma de integração com o PJe, de forma a racionalizar o esforço e consolidar a convergência no desenvolvimento de sistemas nacionais.	- Ofício circular CSJT. GP.SETIC Nº 30 ; 2017
D14	Devem-se obedecer aos requisitos mínimos para o nivelamento da infraestrutura de TIC	- Resolução 211/2015 do CNJ (ENTIC-JUD), artigo 24.
D15	Promover ações de sensibilização e capacitação dos gestores das organizações quanto à gestão de riscos de TI. Com o objeto de orientá-los sobre a identificação, análise, tratamento e comunicação dos riscos a que a instituição está sujeita.	- Acórdão 3.051/2014 - TCU - Plenário

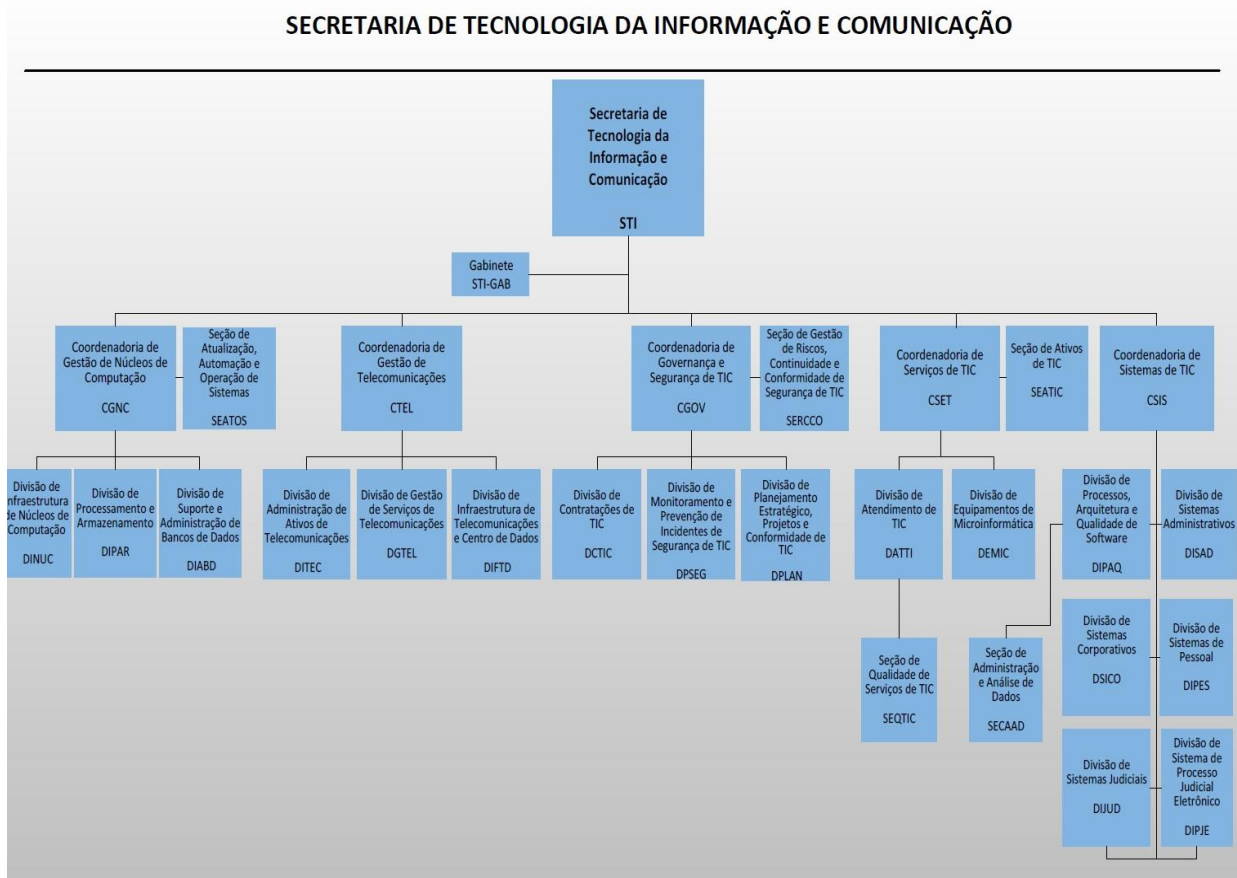
7 ORGANIZAÇÃO DA TIC

7.1 Inserção na Organização

A secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) está subordinada à Diretoria-Geral, que por sua vez é subordinada à Presidência do TRT/RJ. Entretanto, a STI presta serviços a todas as unidades deste Egrégio, representadas no organograma abaixo:



7.2 Estrutura Organizacional da STI



Alinhado aos preceitos propostos pela Resolução CNJ nº 211/2015 (ENTIC-JUD), que estabelece os 5 macroprocessos do Poder Judiciário, em especial a “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC”, cabe à STI:

- Promover a estratégia e as boas práticas de gestão e governança de TIC, incluindo gestão de planejamento, orçamento, aquisições, projetos e capacitação.
- Promover o fomento da segurança da informação, possibilitando a continuidade dos serviços, a redução do nível de risco, o tratamento dos incidentes de segurança e o aumento da disponibilidade dos serviços e sistemas providos pela área de TIC do TRT/RJ;
- Promover as atividades de planejamento, operação e manutenção da infraestrutura tecnológica, visando possibilitar a sustentação e a continuidade dos sistemas institucionais do TRT/RJ;
- Promover melhorias contínuas nas soluções de software, tanto no desenvolvimento como na aquisição de produtos e serviços, visando dar suporte técnico e sustentação às atividades do TRT/RJ;
- Promover ações de melhorias contínuas no gerenciamento e na entrega de serviços de TIC, incluindo, entre outros, o gerenciamento de requisição de serviços, o gerenciamento de configuração e ativos de serviço, o gerenciamento de mudanças e liberação e o gerenciamento de incidentes.

Dessa forma, a STI poderá prover a devida sustentação tecnológica e dar suporte aos processos decisórios e às tomadas de decisão do TRT/RJ;

7.3 Processos de Trabalho e Políticas de TIC

Além dos processos de trabalho de cada unidade administrativa, existem políticas, normas complementares e processos que se aplicam à TIC como um todo, pois são processos transversais.

7.3.1 Políticas e Normas Complementares

Nome	Descrição	Referência
PCN - Política de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação	Sustenta as ações de continuidade de negócios realizadas pela TIC no TRT/RJ. (Resolução Administrativa nº 32/2015)	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/662281/ResAdm2015-0032-C.htm
PGTIC - Política de Governança de TIC	Tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso de TIC com as estratégias do TRT/RJ. (Resolução Administrativa nº 04/2016)	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/733399/ResAdm2016-0004-C.htm
POSIC - Política de Segurança da Tecnologia da Informação e Comunicações	Dispõe sobre diretrizes gerais de segurança da informação no TRT/RJ. (Resolução Administrativa nº 01/2018)	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/997576/ResAdm2018-0001-C.htm
PCA - Política de Controle de Acesso	Estabelece a Política de Controle de acesso relativo à segurança da informação no TRT/RJ. (Resolução Administrativa nº 16/2018)	https://bdigital.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/1066408/ResAdm2018-0016-C.htm
PGRTIC - Política de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Estabelece a Política de Gestão de Riscos de TIC no TRT/RJ. (Resolução Administrativa nº 52/2017)	http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/952857/ResAdm2017-0052-C.htm

As políticas aqui mencionadas estão disponíveis para acesso em:

<http://www.trt1.jus.br/web/guest/governanca-de-ti>

7.3.2 Processos

7.3.2.1 Gestão de Portfólio, Projetos e Ações

Nome	Descrição	Referência ¹
MGPP - Metodologia de Gestão de Portfólio de Projetos	Visa auxiliar a STI na gestão integrada dos projetos de TIC, favorecendo o alinhamento com os objetivos estratégicos do órgão e buscando a melhor alocação de recursos, de forma a maximizar seu retorno e minimizar seus riscos.	http://processostic.trt1.jus.br/MGP/
MGP - Metodologia de Gestão de Projetos	Conjunto de padrões e boas práticas de Gestão de Projetos com o objetivo de auxiliar os gestores de projetos no planejamento, execução e controle de seus projetos.	http://processostic.trt1.jus.br/MGP/

¹ As referências para os processos de gestão de projetos, ações e portfólio estão disponíveis para acesso apenas a partir da Intranet do TRT/RJ.

MGA - Metodologia de Gestão de Ações	Estabelece os padrões que devem ser seguidos na condução da gestão de ações (Neste contexto, ações são demandas que não possuem complexidade suficiente para serem classificadas como projetos).	http://processostic.trt1.jus.br/MG.MGA/
---	--	---

7.3.2.2 Contratação de Produtos e Serviços de TIC

Nome	Descrição	Referência
Planejamento de Contratações de TIC	Estabelece critérios e procedimentos para o planejamento de contratação de TIC em conformidade com a Resolução CNJ 182/2013.	http://processostic.trt1.jus.br/MDS.CONT/

7.3.2.3 Desenvolvimento e Operação de Sistemas

Nome	Descrição	Referência ²
Processo de Desenvolvimento de sistemas com Scrum	Metodologia de desenvolvimento de sistemas baseada no <i>framework</i> Scrum e adaptada para a CSIS. Recomendada para o desenvolvimento de novos sistemas de informação e projetos em que exista incerteza quanto ao negócio ou à tecnologia.	http://processostic.trt1.jus.br
Processos de Desenvolvimento e Operação de sistemas com Kanban	Metodologia de desenvolvimento de sistemas baseada no sistema Kanban e adaptada para a CSIS. Recomendada para manutenção corretiva e evolutiva de sistemas, implantação de sistemas nacionais e projetos ou ações em que membros do time possuem alocação parcial ou perfil técnico especializado.	http://processostic.trt1.jus.br
Processos de Desenvolvimento de Software (PDS)	O PDS detalha uma das abordagens para o ciclo de desenvolvimento de sistemas na STI. Deve ser utilizado como um guia que descreve os papéis, artefatos e eventos do processo. O PDS apresenta apenas uma etapa para o ciclo de vida do projeto: a Construção das Liberações.	http://processostic.trt1.jus.br

Cabe ressaltar que o Ato 68/2015, que instituiu a versão inicial dos processos de desenvolvimento de sistemas no TRT/RJ, carece de atualização para refletir a evolução ocorrida nos processos desde a sua publicação em julho de 2015.

7.3.2.4 Qualidade

Nome	Descrição	Referência
Garantia da Qualidade de Processos	Medir e monitorar a aderência das ações e projetos em andamento na STI aos processos de trabalho definidos.	http://processostic.trt1.jus.br/GAR.QUAL/

² As referências para os processos de desenvolvimento e operação de sistemas estão disponíveis para acesso apenas a partir da Intranet do TRT/RJ.

7.3.2.5 Gerenciamento de Serviços de TIC (Boas práticas ITIL)

Nome	Descrição	Referência
Gerenciamento de Requisição de Serviços	Este processo tem por objetivo entregar os serviços de TIC requisitados pelos usuários por meio de contato telefônico ou chamado aberto na ferramenta. Utilizando o catálogo de serviços como base para classificação dos possíveis chamados, os usuários irão identificar o que podem solicitar à área de TIC. Caso a requisição seja feita, os times de resolução e entrega irão direcionar a requisição para o grupo resolvidor específico. Este processo se encerra depois da requisição de serviço ser atendida com a devida aprovação do usuário.	https://intranet.trt1.jus.br/documents/240262/2948065/Documento+de+processo+RJ+-+Gerenciamento+de+Requisi%C3%A7%C3%A3o+de+Servi%C3%A7os+v.3.pdf/9018b5cb-b2c0-486f-8441-51e60dfd0413
Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviços	Este processo tem por objetivo definir e controlar os componentes dos serviços e infraestrutura, além de manter informações históricas, atuais e planejadas. Para isso, deve manter interfaces com provedores internos e externos de serviços, cujos recursos precisam ser controlados. Dessa forma, agrega valor ao negócio permitindo melhoria no desempenho dos serviços, diminuindo custos e riscos decorrentes da falta de controle sobre os ativos gerenciados.	https://intranet.trt1.jus.br/documents/240262/2948065/Gerenciamento+de+Configura%C3%A7%C3%B5es+v.4.pdf/55bfc2c4-c437-4fae-bcce-32d714517065
Gerenciamento de Mudanças e Liberação	Este processo tem por objetivo garantir o tratamento sistemático e padronizado de todas as mudanças ocorridas no ambiente operacional de TIC, minimizando os impactos decorrentes de incidentes e problemas relacionados às mudanças.	https://lrportal.trt1.jus.br/documents/240262/2948065/GERENCIAMENTO+DE+MUDAN%C3%87AS+E+LIBERA%C3%87%C3%83O+V.5-PUBLICO.pdf/b0553e27-303a-45f2-845f-9cf290e2b65c
Gerenciamento de Nível de Serviços	Este processo tem por objetivo documentar o acordo entre a área de TIC e a organização, garantindo que exista um acordo de nível de serviço (ANS) para todos os serviços de TIC disponibilizados no catálogo de serviços. Além disso, o processo deve garantir que todos os serviços providos pela TIC estejam sendo medidos de forma consistente em toda organização, permitindo, assim, a avaliação contínua do cumprimento dos contratos por parte dos fornecedores.	https://lrportal.trt1.jus.br/documents/240262/2948065/DOCUMENTO+DE+PROCESSO+RJ+-+GERENCIAMENTO+DE+N%C3%8DVEIS+DE+SERVI%C3%87OS+V.3+PUBLICO.pdf/3829b0a6-6139-4d78-8d0e-fba5a81870b8
Gerenciamento de Problemas	Este processo tem por objetivo gerenciar todo o ciclo de vida dos problemas, desde sua identificação, documentação até o seu tratamento. Como isso, objetiva-se minimizar o impacto adverso de incidentes e problemas ao negócio e, de forma proativa, prever e evitar a ocorrência de incidentes, através da identificação de sua causa raiz e da definição de erros conhecidos.	https://lrportal.trt1.jus.br/documents/240262/2948065/GERENCIAMENTO+DE+PROBLEMAS_V3+PUBLICO.pdf/5668226c-5677-4d92-a73b-f2cb11145c9c
Gerenciamento de Incidentes	Este processo tem por objetivo restaurar a operação normal de serviço o mais rápido possível e minimizar o impacto negativo sobre as operações de negócio, garantindo assim que os melhores níveis possíveis de qualidade de serviço e disponibilidade sejam mantidos.	https://lrportal.trt1.jus.br/documents/240262/2948065/GERENCIAMENTO+DE+INCIDENTES_V9+PUBLICO.pdf/d8612230-b1f0-4f5b-aefe-b62b6b951633

Os processos de Gerenciamento de Serviços de TIC se encontram em atualização. O Catálogo de Serviços pode ser consultado na Intranet do TRT/RJ, no link https://intranet.trt1.jus.br/group/guest/governanca-e-gestao-de-ti/-/asset_publisher/aPIQvliKAPu/content/gestao-de-servicos-de-tic/240262.

8 RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

Esta análise compreende a execução do PDTIC 2016-2017 até 31/10/2017.

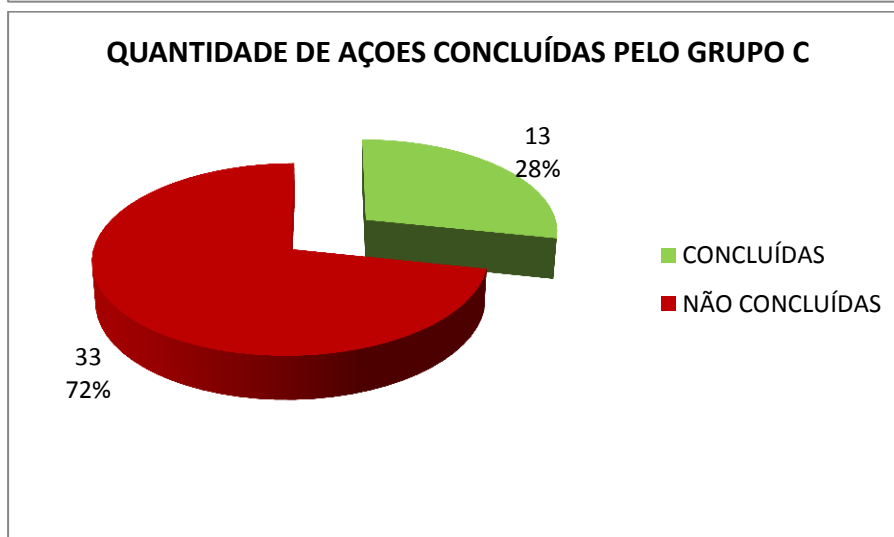
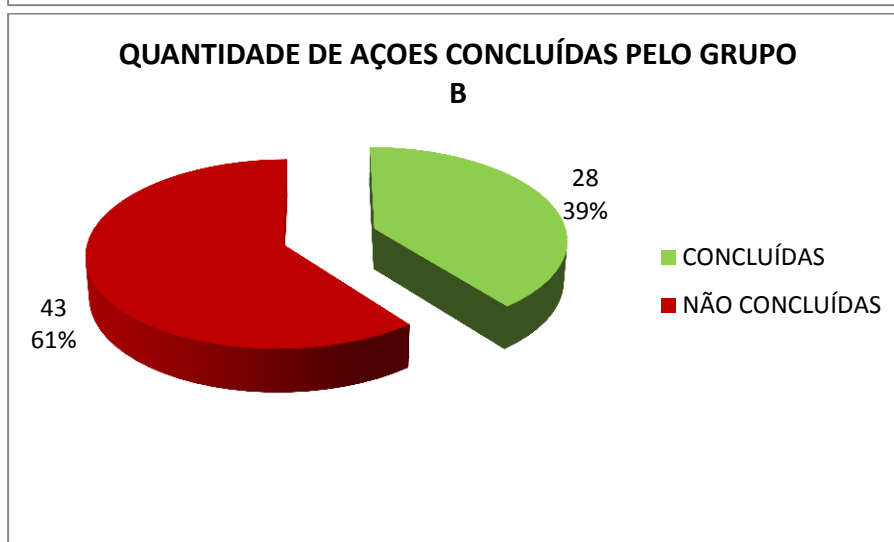
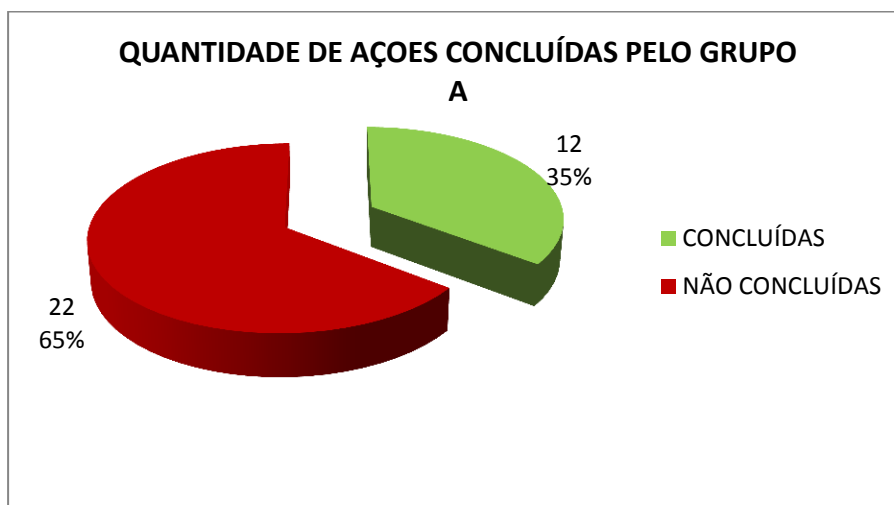
Nesse PDTIC, foram identificadas 40 necessidades agrupadas em quatro grupos distintos, conforme quadro a seguir:

Tipo de necessidade	Quantidade
Necessidades de Infraestrutura de TIC	13
Necessidades de Pessoal de TIC	4
Necessidades de Processos de TIC	11
Necessidades de Serviços de TIC	12
TOTAL	40

Dessas necessidades, derivaram-se 151 (cento e cinquenta e uma) ações, segmentadas conforme mostrado no quadro abaixo:

Grupo de ações	Quantidade
Grupo A - Ações conjuntas das duas secretarias de TIC	34
Grupo B - Ações específicas da SST	71
Grupo C - Ações específicas da STI	46
TOTAL	151

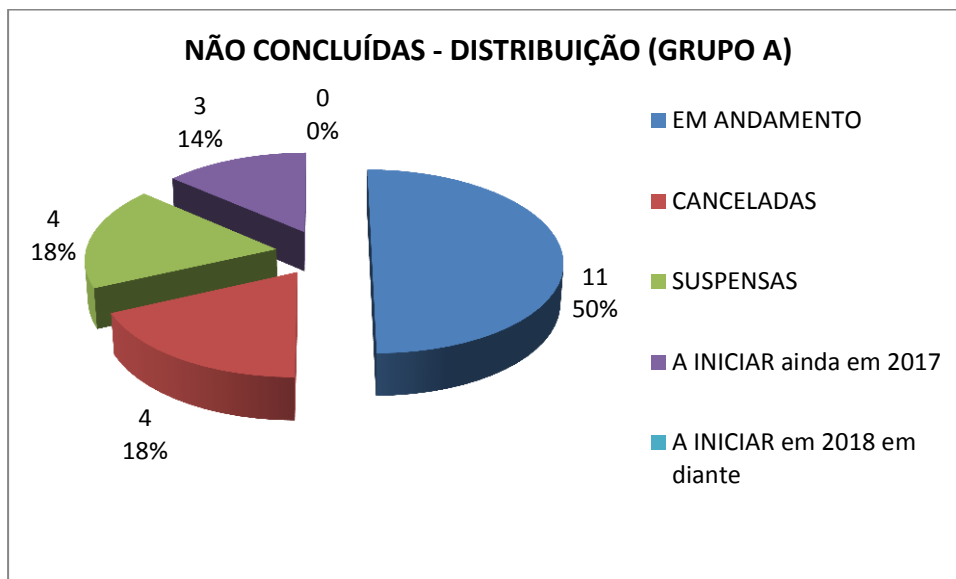
Ao longo da execução do PDTIC, 53 (cinquenta e três) ações foram concluídas, o que corresponde a 35,09% (*) do total de ações priorizadas. Os gráficos a seguir mostram a quantidade e o percentual de ações concluídas, em cada grupo, em relação ao total de ações do grupo dentro do PDTIC.

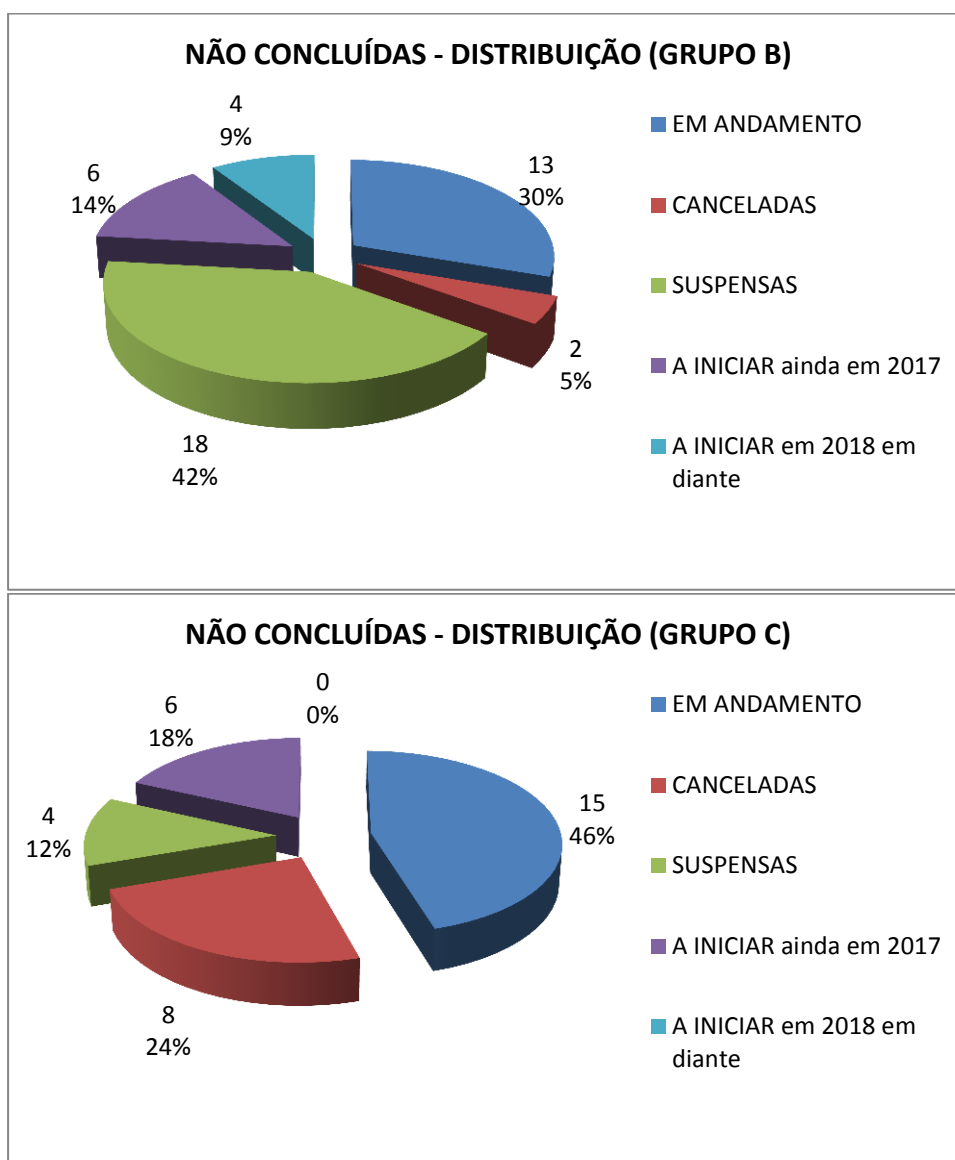


Em relação às ações concluídas, observa-se um percentual superior por parte da SST (Grupo B) em comparação com as ações específicas da STI (Grupo C) e ações conjuntas (Grupo A). Tal diferença pode ser atribuída à natureza destas ações:

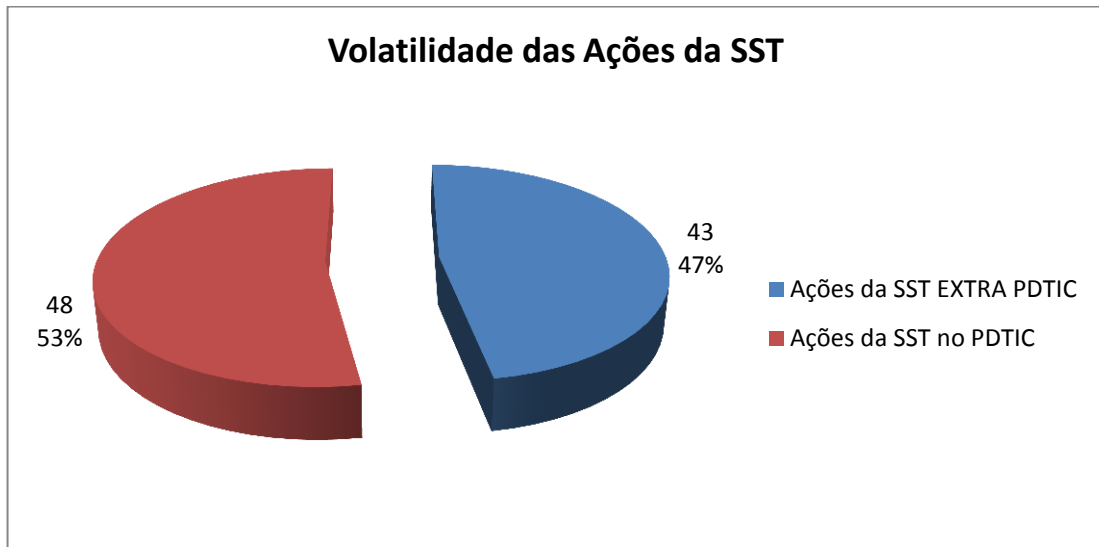
- A maior parte das ações da STI (Grupo C) envolvem aquisições e são consideradas concluídas após a finalização do processo de contratação. Por esse motivo, apresentam uma duração maior em relação às demais ações.
- A maior parte das ações conjuntas (Grupo A) é referente à implantação e aprimoramento de processos de governança e gestão, os quais possuem duração superior às demais ações.

Em relação às ações não concluídas, destaca-se que das 98 (noventa e oito) ações, muitas se encontram em andamento, planejadas para iniciar ainda em 2017 ou foram suspensas ou canceladas durante seu período de execução. Os gráficos a seguir mostram a distribuição das mesmas neste espaço dentro de cada grupo.





Cabe ressaltar que durante o período de vigência entre 2016 e 2017, 45 (quarenta e cinco) das 151 (cento e cinquenta e uma) ações foram incluídas posteriormente, o que corresponde a um total de 29,8% de novas ações (Identificadas no documento pelo prefixo “E” na relação das ações apresentadas no Anexo III PDTIC). A maioria destas ações extraordinárias (43 de 45 ações) foi da área de sistemas (SST) e seu quantitativo em relação ao total de ações específicas da SST (Grupo B) pode ser vislumbrado no gráfico abaixo.



(*) Este percentual foi calculado acrescentando-se as ações não priorizadas da SST no PDTIC (total de vinte)

Observação: A reestruturação organizacional do TRT1 ocorrida em setembro/2018 realizou a fusão das duas secretarias de TIC: SST e STI. Portanto, a análise aqui apresentada representa os resultados antes desta fusão.

9 REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC E ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

O modelo SISP prevê que a organização indique seu referencial estratégico (Missão, Visão, Valores, Objetivos de TIC e Matriz SWOT) e realize o alinhamento estratégico, com a finalidade de garantir a ligação entre os planos estratégicos do TRT/RJ e demais órgãos superiores com o PDTIC.

Este alinhamento já foi descrito no PETIC para o sexênio 2015-2020 e por este motivo foi omitido neste documento.

10 INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

O inventário de necessidades apresenta o conjunto de necessidades cujo atendimento contribui, direta ou indiretamente, para o alcance dos objetivos de negócio da organização.

As necessidades de TIC foram identificadas a partir do referencial estratégico do TRT/RJ (PEP, PETIC) e de Órgãos superiores (PETIC-JT, ENTIC-JUD, etc.), além das demandas apresentadas às secretarias de TIC pelas unidades do TRT/RJ.

Conforme a natureza, as necessidades de TIC foram classificadas nos grupos abaixo e podem ser consultadas no Anexo I deste documento:

- Necessidades de infraestrutura de TIC;
- Necessidades de pessoal de TIC;
- Necessidades de processos de TIC;
- Necessidades de serviços de TIC;
- Necessidades de sistemas de TIC.

Posteriormente, as ações foram propostas de forma a atender as necessidades de TIC.

Na seção [Mapeamento entre as necessidades de TIC e as ações planejadas no PDTIC](#) é possível consultar a relação entre as necessidades e as ações.

11 CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TIC

11.1 Capacidade de Pessoal

A capacidade de pessoal é estimada levando-se em consideração a **jornada diária de 7 (sete) horas** de trabalho, o **número de dias úteis de cada mês** e a **quantidade de funcionários de cada equipe/unidade de trabalho**.

Além disso, deve-se considerar o período de vigência a ser apurado que, **neste caso em específico** (Revisão do PDTIC 2018-2020), compreende o interstício de **outubro de 2018 a dezembro de 2020**, perfazendo o total de **519 dias úteis** ao longo de **27 meses**.

Após realizados os cálculos globais de capacidade de pessoal, foi feita, para cada coordenadoria, a distribuição estimada da dedicação dos servidores, **agrupada por tipo de atividade**, conforme constam os gráficos demonstrados nos itens 11.1.1.1 e seguintes.

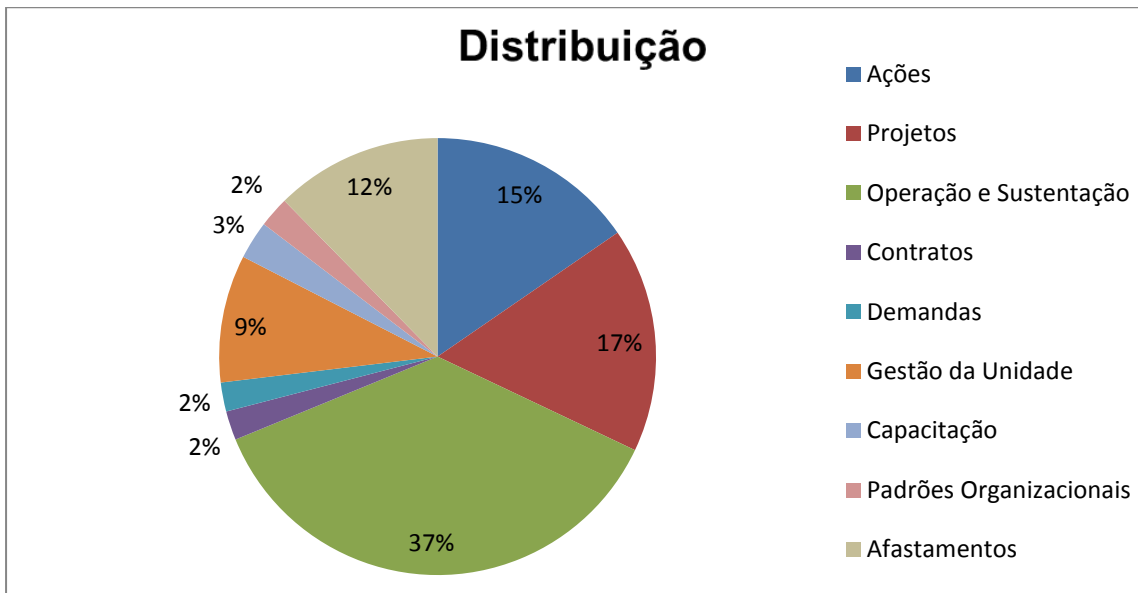
Nesse contexto, é importante ressaltar que a abordagem deste documento terá como foco a apuração estimada de tempo, alocação e execução referentes às **ações e projetos** contidos neste PDTIC.

11.1.1 Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Em sua atual estrutura, consolidada pelo REORG/TRT-RJ, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) possui 134³ servidores distribuídos pelas suas 5 Coordenadorias, conforme descrito a seguir:

11.1.1.1 Coordenadoria de Sistemas (CSIS)

Considerando-se os **59 servidores** da CSIS, o total da **capacidade de pessoal** dessa Coordenadoria, para o período apurado, é estimado em **207.081 horas**.



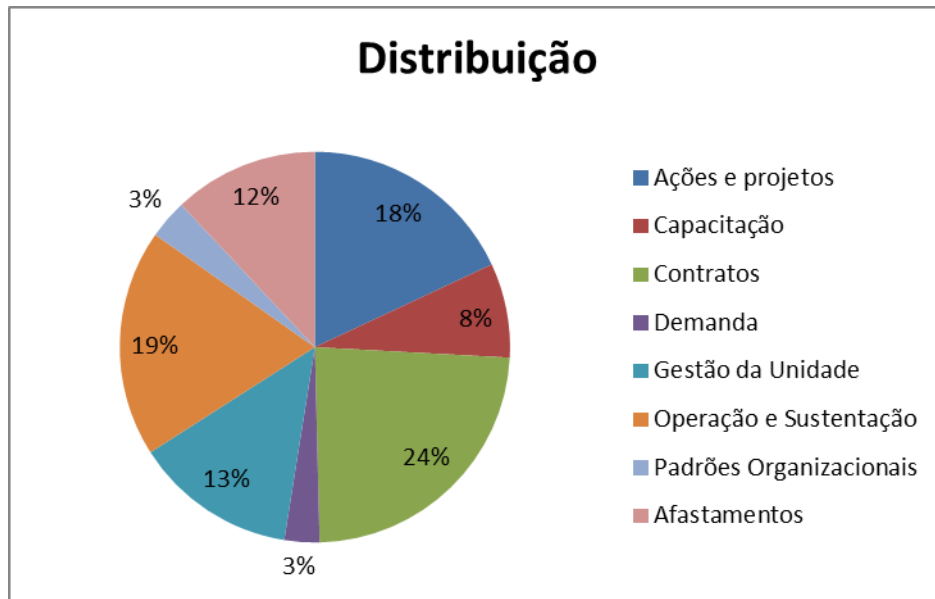
Assim, com base nos levantamentos realizados com os gestores e, também, nos dados históricos, apurou-se um percentual aproximado de **33% do tempo** dedicados à execução de **ações e projetos** dessa Coordenadoria, totalizando **68.337 horas-homem de trabalho** para esse tipo de atividade.

11.1.1.2 Coordenadoria de Governança de TIC (CGOV)

Considerando-se os **17 servidores** da CGOV, o total da **capacidade de pessoal** dessa

³ Esse quantitativo se refere ao total de servidores existentes no quadro de TIC do TRT/RJ na data de fechamento desta versão do PDTIC, não contemplando aqueles que estão cedidos para outros órgãos da Justiça.

Coordenadoria, para o período apurado, é estimado em **61.761 horas**.



Assim, com base nos levantamentos realizados com os gestores, apurou-se um percentual estimado de **18% do tempo** dedicados à execução de **ações e projetos** dessa Coordenadoria, totalizando **11.117 horas-homem de trabalho** para esse tipo de atividade.

11.1.1.3 CSET, CGNC e CTEL

As Coordenadorias CSET (Coordenadoria de Serviços de TIC), CGNC (Coordenadoria de Gestão de Núcleos de Computação) e CTEL (Coordenadoria de Gestão de Telecomunicações) **possuem**, ao todo, **55 servidores**.

Dessa forma, o total da **capacidade de pessoal** dessas Coordenadorias, para o período apurado, é estimado em **199.815 horas**, quantitativo que não será subdividido por tipo de atividades.

**As horas do (a) Diretor(a) não são computadas na capacidade de execução do PDTIC.*

12 PLANO DE METAS E AÇÕES

12.1 Plano de Metas

Os indicadores e metas propostos neste PDTIC tem foco na execução quantitativa do plano. A listagem completa dos indicadores e metas pode ser consultada no [Anexo II – Indicadores e metas](#).

12.2 Plano de Ações

O Plano de Ações é o planejamento das ações previstas no PDTIC. As ações foram priorizadas conforme critérios de priorização que levam em consideração dimensões de **valor** e **custo** de cada ação.

O **valor** é estimado com base na avaliação de quatro critérios de negócio:

Sigla	Critério	Aspectos que devem ser levados em consideração
AEN	Alinhamento com a estratégia do negócio	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a estratégia definida no PEP/PETIC • Apoiar mudanças do negócio • Conformidade com normativos • Fomentar a transparência e a sustentabilidade
MCE	Melhoria da entrega de serviços e da satisfação dos clientes externos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a estabilidade/disponibilidade dos serviços oferecidos • Adequar funcionalidades/soluções às necessidades dos jurisdicionados • Atender novas necessidades dos jurisdicionados
MCI	Melhoria da entrega de serviços e da satisfação com clientes internos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a estabilidade/disponibilidade dos serviços oferecidos • Adequar funcionalidades/soluções às necessidades de unidades administrativas e judiciárias • Atender novas necessidades das unidades administrativas e judiciárias
AEO	Aumento da eficiência operacional da instituição	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o controle de processos e a consistência dos resultados • Possibilitar mais agilidade ao negócio • Reduzir custos/otimizar recursos • Reduzir riscos de negócio (Automação de tarefas sujeitas a erro, auxílio na tomada de decisão, etc.) • Reduzir riscos operacionais (Riscos de brechas na segurança, de perda de integridade de dados, de infraestrutura inadequada, etc.)

A estimativa de valor é feita pela Diretoria-Geral (para as ações da categoria Administrativa), Secretaria-Geral Judiciária (para a categoria Judiciária) e STI (para a categoria Estruturante), sendo posteriormente ratificadas pelo CTIC.

O **custo** é estimado pelas áreas executoras de TIC com base na avaliação de quatro critérios:

Sigla	Critério	Aspectos que devem ser levados em consideração
CAQ	Custo orçamentário	<ul style="list-style-type: none"> • Custo de contratação de licenças, assinaturas, hardware ou serviços.
ESF	Esforço de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Esforço da equipe de TI envolvido no desenvolvimento, customização e integração da solução.
ICM	Complexidade de implantação	<ul style="list-style-type: none"> • Complexidade da criação de ambientes para a solução, instalação e configuração. • Complexidade referente à migração de dados.
MAN	Custo de manutenção	<ul style="list-style-type: none"> • Correções e evoluções futuras. • Atendimento e suporte aos usuários.

Para cada um dos critérios de custo e valor são atribuídos os valores 0 (Neutro), 1 (Moderado) ou 2 (Extremo). Após as estimativas, as ações são ordenadas primariamente pela soma dos critérios de valor (Coluna Valor), em ordem decrescente, e secundariamente pela soma dos critérios de custo (Coluna Custo), em ordem crescente, conforme o exemplo abaixo:



ID Ação	Ação	Descrição	AEN	MCE	MCI	AEO	Valor	CAQ	ESF	ICM	MAN	Custo
A208	Conciliador de contas disponibilizadas pelas operadoras de telecomunicações	Prover solução a fim de facilitar a auditoria das contas apresentadas pelas operadoras de telecomunicações com a proposta comercial acordada contratualmente. Auditoria esta que faz parte dos procedimentos de ateste para pagamento.	2	2	2	2	8	0	1	1	1	3
A021	Desenvolver Sistema de Manutenção Predial e de Equipamentos	Prover solução que permita consolidar e gerenciar informações de ordens de serviços referentes à manutenção de obras e equipamentos. A solução	2	2	2	2	8	0	2	1	1	4
A020	Desenvolver sistema de Gestão de Imóveis	Prover solução para gestão de contas a pagar, seguros, documentos do imóvel, entre outras informações que podem ser consultadas no SPIUnet. É desejável que haja integração com o sistema de material e patrimônio a fim de manter uma só referência de imóveis para ambas as aplicações.	2	1	2	2	7	0	2	1	1	4
A299	Elaborar estudo para ampliação do EAD no TRT/RJ	Elaborar estudo tecnológico, a fim de analisar o panorama do ensino a distância atual e propor medidas visando a ampliação do EAD no TRT/RJ.	2	1	2	1	6	0	0	0	0	0,9
A216	Implantação de Sistema de Auditoria	Implantar sistema de auditoria	2	0	2	2	6	0	0	1	0	1
A298	Implantação do módulo EJUDTRT	Implantar o módulo EJUDTRT, que consiste em um sistema destinado à gestão de Escolas Judiciais de Tribunais do Trabalho e desenvolvido como parte do projeto SIGEP/CSJT.	2	1	2	1	6	0	0	1	0	1
A225	SIMOS 2.0 – Evolução do SIMOS para suportar o registro de ocorrências internas no TRT/RJ.	Evoluir o SIMOS para suportar o registro de ocorrências internas no TRT/RJ.	0	1	2	2	5	0	1	0	1	2
A032	Prover aplicativo standalone para assinar documentos sem necessidade de abertura de processo eletrônico	Prover a assinatura de documentos sem abertura de um processo eletrônico.	0	1	1	2	4	0	1	0	0	1
A019	Implantar sistema nacional de Gestão de Contratos desenvolvido pelo TRT4	Implantar o sistema de gestão de contratos que for alçado à condição de sistema nacional	1	1	1	1	4	0	1	1	0	2
A224	SIMAU - Sistema de Inteligência Módulo de Audiências – cruzamento de dados de pessoas que estarão presentes em audiências com informações obtidas de outros Órgãos e audiências com informações obtidas de outros Órgãos e do próprio	Cruzar dados de pessoas que estarão presentes em audiências com informações obtidas de outros Órgãos e do próprio Módulo de Ocorrências de Segurança.	1	1	1	1	4	0	1	1	1	3

O plano de ações priorizado pode ser consultado no Anexo III – Plano de ações.

13 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito do TRT/RJ, cabe à ESACS planejar e executar o projeto de educação continuada dos servidores, alinhado às estratégias do Tribunal, visando à capacitação e o desenvolvimento dos servidores. Esse planejamento abrange todos os servidores, inclusive das unidades de TIC, conforme referendado no Ato nº 67/2015.

O Plano Anual de Capacitação do TRT/RJ (PAC) tem por finalidade estabelecer diretrizes e orientações para a execução de ações de capacitação no decorrer do exercício. Ele é estabelecido por meio de levantamento de necessidades de capacitação junto às unidades do TRT/RJ. Com base nas necessidades identificadas, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) define os treinamentos prioritários para o próximo ano.

Cabe destacar que a capacitação no TRT/RJ vem sendo aprimorada, através da implantação do modelo de gestão de pessoas por competências. Em linhas gerais, o objetivo é alinhar as competências (técnicas e comportamentais) existentes na organização com as competências consideradas necessárias para o alcance dos objetivos organizacionais. Atualmente, o modelo é aplicado às competências gerenciais e para este PDTIC encontra-se prevista a Ação A119, cujo objetivo é "Aperfeiçoar o trabalho de Gestão de Pessoas por Competências, já desenvolvido, estendendo-o a todas as funções existentes nas unidades de TIC".

O Plano de Capacitação da Tecnologia da Informação e Comunicação, exercício 2018, está disponível na internet e na intranet deste Tribunal, para consulta, nos respectivos links:

<https://www.trt1.jus.br/web/guest/pdtic>

<https://intranet.trt1.jus.br/group/guest/politicas-e-objetivos12>

14 PLANO ORÇAMENTÁRIO DO PDTIC

Na metodologia utilizada na elaboração deste PDTIC é prevista a realização da atividade "Planejar o orçamento das ações", que tem como objetivo realizar a estimativa dos recursos orçamentários necessários para a realização das ações do PDTIC.

Embora a própria metodologia afirme que o planejamento orçamentário do PDTIC não integra a peça orçamentária do órgão, todo o levantamento realizado para a elaboração do PDTIC deve ser utilizado para embasar a proposta orçamentária. No mesmo sentido, a Resolução CNJ nº 182/2013 afirma em seu Art. 7º que:

"Art. 7º O Plano de Contratações de STIC do órgão deverá ser elaborado no exercício anterior ao ano de sua execução, pela Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, em harmonia com o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), de modo a incluir todas as contratações necessárias ao alcance dos objetivos estabelecidos nos planejamentos do órgão e de TIC."

No momento da elaboração deste PDTIC, o orçamento do TRT/RJ referente ao ano de 2018 já se encontrava definido através do Plano Anual de Aquisições - PAA 2018. Portanto, faz-se necessária uma análise posterior com o intuito de verificar se a dotação orçamentária prevista é adequada para a execução das ações que serão planejadas para este exercício. A metodologia do

SISP sugere que, caso os recursos não sejam suficientes, o prazo de execução das ações sejam estendidos de forma a criar condições à sua execução com os recursos orçamentários do ano fiscal subsequente.

Para os demais anos da vigência do PDTIC (2019 e 2020), por ocasião da revisão do PDTIC, serão estimados os recursos necessários para a realização das ações planejadas para esses anos e esta estimativa servirá de base para os planos de contratações dos respectivos anos.

O Plano Anual de Aquisições do TRT/RJ, relativo à STI, constituirá o Plano de Contratações de STIC (mencionado na Resolução CNJ nº 182/2013) e está disponível na internet e na intranet deste Tribunal, para consulta, nos respectivos links:

<https://www.trt1.jus.br/web/guest/pdtic>

<https://intranet.trt1.jus.br/group/guest/politicas-e-objetivos12>

15 PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

A gestão de risco aplicada ao PDTIC é baseada na Norma Complementar de Gestão de Risco de Tecnologia da Informação (ATO 112/2017).

Após a identificação dos riscos, foram calculados seus valores de **Probabilidade**, **Severidade** e **Relevância** (PSR) e, a partir destes valores, foram definidos os controles para o tratamento dos riscos que estão acima da tolerância ao risco.

O nível de risco **Médio** foi considerado o nível de risco tolerável pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS RISCOS							
ID	Risco	Probabilidade	Severidade	Relevância	PSR	Nível de Risco	Situação
1	Insuficiência de orçamento para a execução das ações	4	3	2	24	Médio	Aceitação formal
2	Insuficiência de recursos humanos para a execução das ações	4	4	3	48	Alto	Tratar
3	Volatilidade do PDTIC com o surgimento de ações não planejadas	5	5	2	50	Alto	Tratar
4	Impedimentos externos à TIC que gerem suspensão das ações	5	5	2	50	Alto	Tratar
5	Dispendir recursos na execução de ações que não agregam valor ao tribunal	1	1	3	3	Muito Baixo	Aceitar
6	Múltiplos canais de solicitação e priorização de ações	3	3	2	18	Médio	Aceitação formal
7	Número excessivo de ações simultâneas em andamento	2	2	1	4	Muito Baixo	Aceitar

APLICAÇÃO DOS CONTROLES										
Índice de Risco	Controle	Descrição do Controle	Facilidade de implementação	Urgência	Impacto na redução do risco	Índice do Controle	% Redução de Risco	Risco Residual	Nível do Risco Residual	Área Responsável
48	C01	Elaborar, para as ações da STI, estimativas de esforço e capacidade.	2 - Baixa	4 - Alta	4 - Alto	32	20	28	Médio	STI
50	C1	Incluir no PDTIC indicador de monitoramento das ações não planejadas	4 - Alta	5 - Muito alta	2 - Baixo	40	10	25	Médio	CGTIC
	C2	Monitorar o indicador criado e reportá-lo periodicamente ao CTIC	3 - Média	3 - Média	3 - Médio	27	15			STI
50	C1	Incluir no PDTIC indicador de monitoramento das ações suspensas	4 - Alta	5 - Muito alta	2 - Baixo	40	10	25	Médio	CGTIC
	C2	Monitorar o indicador criado e reportá-lo periodicamente ao CTIC	3 - Média	3 - Média	3 - Médio	27	15			STI

Matriz PSR:

PSR				
	Probabilidade A ocorrência do evento durante o ciclo de vida do plano	Severidade A consequência do evento durante o ciclo de vida do plano	Relevância O comprometimento do evento	
1	É muito improvável ($< 5\%$)	Quase não afetará a execução do Plano	Pode afetar uma parte muito pequena do negócio da instituição e os prejuízos serão desprezíveis	Muito Baixa
2	É improvável ($5\% \leq P < 35\%$)	Afetará pouco a execução do Plano	Pode afetar uma parte pequena e localizada do negócio da instituição e os prejuízos serão baixos	Baixa
3	É provável ($35\% \leq P < 65\%$)	Afetará gravemente a execução do Plano	Pode afetar uma parte do negócio da instituição e os prejuízos serão razoáveis	Média
4	É muito provável ($65\% \leq P < 95\%$)	Afetará muito gravemente a execução do Plano	Pode afetar um ou mais negócios da instituição e os prejuízos serão muito altos	Alta
5	É quase certa ($\geq 95\%$)	Afetará extremamente a execução do Plano	Pode afetar toda a instituição	Muito Alta

Matriz de Controles:

FACILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO	
Nível	Descrição
1 - Muito baixa	Os conhecimentos e ferramentas para implementação não existem, mas podem ser obtidos num longo prazo (acima de 6 meses).
2 - Baixa	Os conhecimentos e/ou ferramentas para implementação são limitados e podem ser conseguidos num médio prazo (até 6 meses).
3 - Média	Os conhecimentos e/ou ferramentas para implementação são limitados e podem ser conseguidos num curto prazo (até 3 meses).
4 - Alta	O conhecimento ou ferramentas para implementação não é pleno, mas podem ser obtidos imediatamente (até um mês).
5 - Muito alta	Existência plena de conhecimento e ferramentas para implementação

URGÊNCIA	
Nível	Descrição
1 - Muito baixa	Não Tem Pressa (Acima de 2 anos)
2 - Baixa	Pode Aguardar um Pouco (Até 2 anos)
3 - Média	O Mais Cedo Possível (Até 1 ano)
4 - Alta	Com Alguma Urgência (Até 6 meses)
5 - Muito alta	Ação Imediata (Até 3 meses)

IMPACTO DO CONTROLE NA REDUÇÃO DO RISCO		
Nível	Descrição	Percentual de redução
1 - Muito baixo	Redução do risco quase nenhuma (até 5% do risco não aceitável)	5%
2 - Baixo	Redução de pouca parte do risco (até 10% do risco não aceitável)	10%
3 - Médio	Redução mediana do risco (até 15% do risco não aceitável)	15%
4 - Alto	Redução da maior parte do risco (até 20% do risco não aceitável)	20%
5 - Muito alto	Redução quase total do risco (50% do risco não aceitável)	50%

16 PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC

O processo de revisão do PDTIC será realizado anualmente preferencialmente durante o mês de outubro e envolverá as áreas de negócio do Tribunal. O envolvimento destas áreas de negócio será centralizado e coordenado em suas principais unidades: DG, SGJ e Presidência.

Uma equipe, composta por integrantes da STI, será instituída e apresentará a relação de ações executadas até aquele período junto com as ações ainda planejadas para aquele ano. As áreas de negócio neste momento deverão ratificar a execução das mesmas e, se for o caso, apresentar a relação de novas ações vislumbradas durante este último ano.

Desta forma, o portfólio de ações do PDTIC será atualizado após a passagem do mesmo pelos critérios de priorização definidos na seção [Plano de Ações](#) e esse Plano servirá de base para o planejamento das ações a serem executadas no ano seguinte.

17 FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC

- Apoio da Alta Administração;
- Comprometimento das áreas envolvidas;
- Disponibilidade e alocação dos recursos necessários;
- Disponibilidade orçamentária para a execução dos gastos financeiros para aquelas ações que exijam compra de bens e serviços;
- Manutenção da equipe de TIC capacitada e motivada;
- Comprometimento das gestões futuras com o planejamento de TIC.

18 CONCLUSÃO

O TRT/RJ tem passado por transformações relevantes nos últimos anos: evolução do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJE, melhorias em seus instrumentos de planejamento estratégico, planos de expansão, dentre outras. Todas essas transformações impactam nos seus processos de negócio e possuem dependência crítica da TIC. Dessa forma, fica evidente a necessidade de gerir os recursos de Tecnologia da Informação de forma eficiente e eficaz.

Assim, este PDTIC foi elaborado com a finalidade de ser o documento norteador das ações

da STI que serão executadas durante sua vigência, estando alinhado aos objetivos estratégicos do TRT/RJ.

Como base nesses preceitos, durante sua elaboração, buscou-se identificar as principais necessidades de serviços, informações, aquisições e infraestrutura de TIC e seu desdobramento em ações a serem realizadas no período de vigência deste plano. As ações planejadas contemplam tanto o atendimento às principais necessidades das áreas de negócio do TRT/RJ quanto às melhorias na estrutura e nos processos de trabalho de TIC.

Dessa forma, objetiva-se possibilitar que a STI esteja bem preparada para apoiar o TRT/RJ a alcançar seus objetivos estratégicos, capitalizando as oportunidades e ganhando agilidade nas tomadas de decisões.

19 ANEXOS

Anexo I – Necessidades identificadas

ID	Tipo	Descrição da necessidade de TIC	Origem
N01	Infraestrutura de TIC	Garantir a infraestrutura necessária para as atividades de desenvolvimento e sustentação de software	[PEP] Fortalecer os processos de governança judiciária e administrativa; [ENTIC-JUD] Adequação dos padrões de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação;
N02	Pessoal de TIC	Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, considerando, no mínimo, os macroprocessos descritos na ENTIC-JUD	[ENTIC-JUD] Adequação da Governança e da Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; [PEP] Consolidar e aprimorar a governança de TIC; [PETIC-JT] Aprimorar a gestão e governança de TIC;
N03	Pessoal de TIC	Desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	[PETIC-JT] Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia; [PEP] Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes, com foco na estratégia;
N04	Processos de TIC	Estabelecer o Sistema de Gestão de Segurança da Tecnologia da Informação	[PETIC - TRT/RJ] Aprimorar a gestão de risco de TIC e a segurança da Informação; [POSIC] Política de Segurança da Informação; [PCA] Política de Controle de Acesso; [PGRTIC] Política de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação; [PETIC-JT] Aprimorar a gestão de riscos de TIC;
N05	Processos de TIC	Estabelecer a comunicação efetiva com magistrados e servidores, com foco nas estratégias definidas e nas ações e serviços realizados pelas unidades da STI	[PEP] Fortalecer os processos de governança judiciária e administrativa;
N06	Processos de TIC	Promover melhorias nos processos de desenvolvimento e sustentação de sistemas e na qualidade dos produtos desenvolvidos	[PEP] Garantir a infraestrutura apropriada às atividades judiciais e administrativas; [PETIC-JT] Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade; [ENTIC JUD] Adequação dos padrões de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação;

N07	Processos de TIC	Promover melhorias nos processos de Gestão e Governança de TIC	[ENTIC-JUD] Adequação da Governança e da Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; [PEP] Consolidar e aprimorar a governança de TIC; [PETIC-JT] Aprimorar a gestão e governança de TIC; [PGTIC] Política de Governança de TIC;
N08	Processos de TIC	Promover melhorias na gestão de documentos eletrônicos do TRT/RJ	[ENTIC-JUD] Adequação dos padrões de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação;
N09	Sistemas de TIC	Garantir a participação efetiva do TRT/RJ no desenvolvimento e implantação de sistemas nacionais, em especial entre órgãos da Justiça do Trabalho	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade;
N10	Sistemas de TIC	Manter e evoluir os sistemas de informação utilizados	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade;
N11	Sistemas de TIC	Prover novas soluções de sistemas para apoio aos processos de trabalho do TRT/RJ	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade;
N12	Sistemas de TIC	Adotar ferramentas/software necessários para apoiar as atividades desenvolvidas na STI	[PETIC] Prestar serviços de TIC com qualidade;
N13	Sistemas de TIC	Garantir utilização de ferramentas de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, bem como observar o comportamento dos dados explorados na oferta de serviços	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade; [ENTIC-JUD] Aprimorar a segurança da informação em TIC;
N14	Pessoal de TIC	Definir e instituir Política de Gestão de Pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação	[PETIC-JT] Garantir a adequação dos quadros de pessoal de TIC para a execução da estratégia; [PEP] Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes, com foco na estratégia;
N15	Infraestrutura de TIC	Garantir a infraestrutura de TIC apropriada para suportar o negócio	[PEP] Garantir a infraestrutura apropriada às atividades judiciais e administrativas;
N16	Infraestrutura de TIC	Prover a alta disponibilidade da rede de dados e voz	[PEP] Garantir a infraestrutura apropriada às atividades judiciais e administrativas;
N17	Segurança da Informação	Garantir as necessidades de segurança da informação	[PCA] Política de Controle de Acesso; [ENTIC-JUD] Aprimorar a segurança da informação em TIC;
N18	Segurança da Informação	Prover a padronização dos serviços de controle de acesso aos sistemas e serviços de TIC	[PCA] Política de Controle de Acesso; [ENTIC-JUD] Aprimorar a segurança da informação em TIC;

N19	Pessoal de TIC	Adequação do Quadro permanente de servidores e da elaboração de política de gestão de pessoas	[PETIC-JT] Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia;
N20	Processos de TIC	Monitoramento e aproveitamento dos avanços tecnológicos e das possibilidades de parcerias	[PEP] Garantir a infraestrutura apropriada às atividades judiciais e administrativas;
N21	Processos de TIC	Garantir a efetividade da Política de Continuidade de negócios de TIC	[PEP] Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI e a segurança da informação; [PCN] Política de Continuidade de Negócios;
N22	Pessoal de TIC	Regulamentar atividades extraordinárias para os servidores de TIC (jornada extraordinária, trabalho remoto e sobreaviso)	[ENTIC-JUD] Normatizar atividades extraordinárias na área de Tecnologia da Informação e Comunicação;
N23	Sistemas de TIC	Garantir a utilização e manutenção do Sistema Pje	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade;
N24	Processos de TIC	Promover a atividade de inovação dentro de TIC	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade;
N25	Processos de TIC	Promover melhorias nos processos de serviços de TIC	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade; [PETIC-JT] Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade; [PETIC] Primar pela satisfação do usuário de TIC [PETIC] Prestar serviços de TIC com qualidade;
N26	Processos de TIC	Promover melhorias nos processos de infraestrutura de TIC	[PEP] Garantir a infraestrutura apropriada às atividades judiciais e administrativas; [PETIC] Garantir a infraestrutura apropriada para suportar o negócio; [ENTIC-JUD] Prover a infraestrutura apropriada às atividades judiciais e administrativas;
N27	Processos de TIC	Promover melhorias nos processos de contratações de TIC	[PEP] Promover a prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e produtividade; [PETIC] Aprimorar as contratações de TIC; [ENTIC-JUD] Aprimorar os processos de aquisições e contratações de TIC;

Anexo II – Indicadores e metas

ID	Descrição do indicador	Objetivo	Fórmula	Unidade responsável	Periodicidade de medição	Resultado da análise do PDTIC anterior *	Meta para 2018	Meta para 2019	Meta para 2020
I01	Índice de ações concluídas	Medição do desempenho de execução do PDTIC	(Número de ações do PDTIC concluídas / Número de ações do PDTIC) * 100	STI	Bimestral (cumulativo)	35%	20%	45%	70%
I02	Índice de ações não planejadas	Acompanhamento de risco à execução do PDTIC	(Número de ações não planejadas/número de ações do PDTIC) * 100 Na qual: Ações não planejadas = ações que tiveram início no período apurado e não constavam no PDTIC no momento que foram iniciadas	STI	Bimestral	42%	30%	25%	15%
I03	Índice de ações suspensas	Acompanhamento de risco à execução do PDTIC	(Número de ações suspensas/número de ações do PDTIC) * 100	STI	Bimestral	--	10%	10%	10%

Anexo III – Plano de ações

Este anexo detalha as ações planejadas para o período de vigência do PDTIC, com o objetivo de atender às necessidades identificadas no [Anexo I – Necessidades identificadas](#) e atingir as metas propostas no [Anexo II – Indicadores e metas](#).

As ações foram organizadas por área executora correspondente à unidade da STI à qual compete executar a ação.

As ações que passaram por renúncia aos critérios de priorização tiveram os quantitativos correspondentes aos campos de valor e custo sublinhados. Esta renúncia representa a opção da Alta Administração pela elevação destas ações para o topo de prioridade, independentemente dos quantitativos de valor e custo, não representando necessariamente uma sequência de execução.

Para cada área executora, as ações aparecem ordenadas de forma decrescente por prioridade conforme os critérios adotados. Para cada ação, são exibidas as seguintes informações:

- ID da ação: identificador único da ação.
- Ação: título da ação.
- Descrição: descrição da ação.
- Versão do PDTIC: A versão do PDTIC em que a ação foi incluída no plano de ações. Todas as ações do PDTIC inicial recebem o valor 1.0. As ações incluídas na atualização do PDTIC estão na versão 2.0.
- Área demandante: unidade(s) do TRT/RJ que demandou a ação ou que é a principal interessada no resultado da mesma.
- Valor: indica a prioridade da ação, conforme análise pelos critérios de priorização baseado no valor da ação para o negócio.
- Custo: indica a prioridade da ação, conforme análise pelos critérios de priorização baseado custo da ação para a TIC.

Ações da CGOV - Coordenadoria de Governança e Segurança de TIC

Ações da própria coordenadoria (CGOV)

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A400	Formalizar plantão na área de TIC	Instituir plantão na área de TIC, conforme previsto na Resolução CNJ 211/2015, observando a necessidade de suporte ao processo judicial e demais serviços essenciais, nos termos da legislação aplicável (iGovTIC-JUD 3.2.h).	CNJ	2018-2020 v2.0	3	2
A403	Revisar a Política de Governança de TIC	<p>Revisar a Política de Governança de TIC instituída pela Resolução Administrativa Nº 4/2016, visando aprimorá-la e adequá-la à nova estrutura de TIC.</p> <p>A revisão da Política deve contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:</p> <p>1) Definir e comunicar, por meio do Comitê de Governança de TIC, as diretrizes em relação à entrega de resultados de TIC, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a obtenção de resultados com o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD 1.3.a); - a gestão do portfólio de projetos e de ações de TIC, incluindo critérios de priorização e de alocação orçamentária (iGovTIC-JUD 1.3.b); - as contratações de soluções de TIC (iGovTIC-JUD 1.3.c); - a avaliação do desempenho de TIC (iGovTIC-JUD 1.3.d). <p>2) Prever monitoramento e avaliação periódicos, pelo CTIC, dos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - efetividade da Governança de TIC (iGovTIC-JUD 4.2.a); - cumprimento das estratégias, indicadores e metas do PETIC (iGovTIC-JUD 4.2.d); - efetividade das ações planejadas no Plano de Contratações de TIC (iGovTIC-JUD 4.2.h), envolvendo, neste caso, também o CGTIC. <p>3) Prever monitoramento e avaliação periódicos, pelo CGTIC, dos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - efetividade da Gestão de TIC (iGovTIC-JUD 4.2.b); - efetividade das ações planejadas no PDTIC (iGovTIC-JUD 4.2.e); - efetividade das ações planejadas no Plano de Continuidade de Serviços de TIC (iGovTIC-JUD 4.2.j). <p>(iGovTI TCU 2136)</p>	CNJ	2018-2020 v2.0	5	4

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A419	Aprimorar o planejamento de capacitação de TIC	<p>Instituir um planejamento anual de capacitação específico para a área de TIC, visando desenvolver as competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança, da gestão e do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação. Embora o TRT/RJ já possua um processo institucional de capacitação, ele não trata das especificidades da área de TI previstas na Resolução CNJ 211/2015 e no iGovTIC-JUD, o que justifica esta ação.</p> <p>Tal planejamento deve conter as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover e suportar, de forma contínua, o alinhamento das competências gerenciais e técnicas dos servidores lotados na área de TIC às melhores práticas de governança, de gestão e de atualização tecnológica (Res. 211/2015, art. 15). - Ser formalmente instituído (iGovTIC-JUD 1.2.n). - Ter ações voltadas para que os servidores do quadro permanente de TIC do órgão possam executar adequadamente as competências técnicas e gerenciais definidas (iGovTIC-JUD 3.1.e, 3.1.f). - Ter ações voltadas para que os servidores do quadro permanente de TIC do órgão possam efetuar e gerir adequadamente as aquisições de bens e as contratações de serviços de TIC. (iGovTIC-JUD 3.1.g). - Ser acompanhado e avaliado periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas (iGovTIC-JUD 4.2.i). 	CNJ	2018-2020 v2.0	3	2
A420	Definir e implementar práticas da avaliação de resultado do uso da TIC	<p>As práticas previstas com esta ação visam garantir que os resultados com uso da Tecnologia da Informação e Comunicação, projetos e ações sejam mensurados e disponibilizados em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão. (iGovTIC-JUD 1.4.h)</p>	STI	2018-2020 v2.0	3	2
A119	Instituir processo de gestão por competências na área de TIC	<p>Formalizar processo de gestão de pessoas por competência específica para a área de TIC, com as características mínimas definidas pelo CNJ (iGovTIC-JUD 2.3.s).</p> <p>Embora o TRT/RJ já possua um processo institucional de gestão por competência, ele não trata das especificidades da área de TI previstas na Resolução CNJ 211/2015 e no iGovTIC-JUD, o que justifica esta ação.</p> <p>Tal processo deve possuir as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formalizar diretrizes para garantir o desenvolvimento contínuo das competências técnicas e gerenciais dos servidores do quadro permanente do órgão (iGovTIC-JUD 3.1.d). - Desenvolver programa de benefícios, financeiro ou não, para incentivar o desenvolvimento das competências (iGovTIC-JUD 3.1.i). - Realizar revisão anual das competências técnicas e gerenciais definidas para as unidades que compõem a área de TIC (iGovTIC-JUD 3.1.j). 	CNJ	2018-2020 v1.0	3	3

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A449	Realizar análise de rotatividade de pessoal para o biênio 2017-2018	Realizar análise de rotatividade de pessoal para o biênio 2017-2018, para avaliar a efetividade das medidas adotadas na política de gestão de pessoas de TIC definida pelo órgão, para minimizar a evasão de servidores do quadro permanente. (iGovTIC-JUD 3.2.g)	CNJ	2018-2020 v2.0	1	0
A450	Realizar análise de rotatividade de pessoal para o biênio 2019-2020	Realizar análise de rotatividade de pessoal para o biênio 2019-2020, para avaliar a efetividade das medidas adotadas na política de gestão de pessoas de TIC definida pelo órgão, para minimizar a evasão de servidores do quadro permanente. (iGovTIC-JUD 3.2.g)	CNJ	2018-2020 v2.0	1	0

Ações da CGOV/DPLAN - Divisão de Planejamento Estratégico, Projetos e Conformidade de TIC

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A240	Revisar metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos	Atualizar a metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos, buscando: (1) convergência entre o gerenciamento de portfólio de projetos e de ações; (2) adequação da descrição do processo à migração da ferramenta de portfólio para o Redmine; (3) adequação às necessidades da STI quanto ao acompanhamento do PDTIC e à visibilidade do portfólio para a alta administração; (4) alinhamento às necessidades das coordenadorias que passarão a atuar no papel de gestores de portfólio, conforme atribuições previstas na reestruturação das secretarias de TIC.	STI	2018-2020 v1.0	<u>3</u>	<u>2</u>
A401	Ampliar a abrangência do processo de gestão de portfólio na STI	Implementar o processo de gestão de portfólio atualmente em execução na CSIS e CGOV nas demais Coordenadorias da STI. Depende da ação A240.	STI	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>2</u>
A445	Elaborar o PDTIC para nova vigência	Elaborar PDTIC para nova vigência, ao final do ciclo do PDTIC em vigor. Considerar novos modelos de elaboração, eventualmente buscando experiências de outros TRTs e maior envolvimento da área de negócio na elaboração. (iGovTI TCU 4212).	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>2</u>
A447	Revisão anual do PDTIC 2019	Realizar a segunda atualização anual do PDTIC 2018-2020 de forma a prover subsídios para o planejamento dos projetos/ações para o ano de 2020.	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>2</u>
A448	Revisão do PETIC 2019	Realizar a atualização do PETIC 2015-2020 de forma a prover subsídios para o planejamento estratégico de TIC através da revisão dos atuais indicadores, refletindo alterações ocorridas no ambiente externo e interno que tenham relevância para a Estratégia de TIC do TRT/RJ.	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>2</u>
A404	Integrar o processo de contratação ao processo de gestão do portfólio	Incluir o acompanhamento das contratações no processo de gestão de portfólio, de forma a atender a necessidade da STI de melhor acompanhar os marcos relativos às contratações de TIC. Considerar as necessidades de sincronismo do portfólio de contratações com o Plano Anual de Aquisições (PAA) e de aprovação pelo CTIC quando se tratar de aquisição não prevista originalmente no PAA.	STI	2018-2020 v2.0	4	1
A405	Revisar o processo de garantia da qualidade	Adaptar o processo de garantia de qualidade para a verificação de conformidade dos processos TIC como um todo.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	2
A409	Criar o escritório de processos de TIC	Criar um time responsável por padronizar metodologia e ferramenta de mapeamento dos processos de TIC, administrar o repositório de processos de TIC e atuar como facilitador na modelagem junto às áreas definidas como "donas" dos processos. Definir um processo inicial de gestão dos processos de TIC. Atenção: Depende do aporte de recursos a ser negociado pelo diretor da STI junto à DG.	STI	2018-2020 v2.0	4	3

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A412	Formalizar o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC)	<p>Criar, documentar via processo e formalizar os atuais processos de desenvolvimento e atualização do PETIC e PDTIC do TRT1 (iGovTI TCU 4211.b e iGovTIC-JUD 2.3.a).</p> <p>Para o processo do PDTIC, definir mais claramente a relação com a elaboração e atualizações do Plano Anual de Aquisições, bem como aprimorar o processo e os critérios de priorização para melhor atendimento às necessidades da CSIS quanto à priorização das ações de sistemas.</p>	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	3	1
A446	Revisão anual do PDTIC 2018	Realizar a primeira atualização anual do PDTIC 2018-2020 de forma a prover subsídios para o planejamento dos projetos/ações para o ano de 2019 e refletir a nova estrutura organizacional da STI após a fusão com a SST.	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	4	2

Ações da CGOV/DCTIC - Divisão de Contratações de TIC

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A406	Definir processo de gerenciamento de contratos de TIC	Definir e formalizar o processo de gerenciamento de contratos de TIC. Embora o TRT/RJ já possua um normativo institucional de gestão de contratos, o escopo desta ação visa criar um processo que, mantendo conformidade com tal normativo, trate das especificidades da área de TIC. (iGovTIC-JUD 2.3.p)	STI	2018-2020 v2.0	4	2
A410	Adquirir software ou serviço para realização de pesquisa de preços	Adquirir software ou serviço para realização de pesquisa de preços para licitações, com vistas a otimizar o processo de contratação de TIC.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A411	Contratar assinatura de periódico na área de licitações e contratos	Contratar assinatura de periódico na área de licitações e contratos, com previsão de orientação por escrito.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A435	Realizar revisão anual do processo de gerenciamento de contratos de TIC (2020)	Realizar revisão anual do processo de gerenciamento de contratos de TIC (iGovTIC-JUD 2.3.r).	STI	2018-2020 v2.0	2	0
A436	Realizar revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (2019)	Realizar a revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (PAD STI 37) para o ano de 2019. (iGovTIC-JUD 2.3.o).	STI	2018-2020 v2.0	2	0
A437	Realizar revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (2020)	Realizar a revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (PAD STI 37) para o ano de 2020. (iGovTIC-JUD 2.3.o)	STI	2018-2020 v2.0	2	0
A263	Contratar visitas para emissão de certificados digitais	Aquisição de 25 Visitas para emissão de certificados digitais (Proc 4877-2018).	STI	2018-2020 v1.0	1	1
A262	Adquirir mídias criptográficas (token).	Realizar ampliação/adequações na infraestrutura de segurança da informação, tendo por base a utilização de novas mídias criptográficas para certificados digitais (Tokens) (Proc. 4877-2018).	STI	2018-2020 v1.0	1	1
A261	Adquirir certificados digitais dos tipos A1 e A3 para pessoas físicas, A3 para pessoas jurídicas (e-CNPJ) e SSL para equipamentos.	Realizar ampliação/adequações na infraestrutura de segurança da informação, tendo por base a utilização de novos certificados digitais (Proc. 4877-2018).	STI	2018-2020 v1.0	1	1

Ações da CGOV/DPSEG - Divisão de Monitoramento e Prevenção de Incidentes de Segurança de TIC

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A402	Revisar o processo de gestão de incidentes de segurança da informação	Adequar os normativos referentes à Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (ERISI) quanto à nova estrutura da STI, incluindo o processo e composição da equipe. (iGovTIC-JUD 2.4.r e iGovTI TCU 4263).	STI	2018-2020 v2.0	2	1
A247	Implantar solução de Firewall NGFW	Adquirir e implantar o Next Generation Firewall, que fará o papel de proxy, firewall, ips e algumas outras funções. Licitação feita pelo TRT12.	STI	2018-2020 v1.0	5	4
A274	Criar meios de conscientização sobre tópicos de segurança da informação no TRT/RJ	Compilar e disponibilizar material sobre tópicos de segurança da informação na Intranet do TRT/RJ, na forma de artigos periódicos, com o intermédio e apoio da AIC; Realizar palestras e workshops de conscientização sobre segurança da informação para servidores e magistrados do TRT/RJ. Considerar também as orientações específicas a servidores que atuam em teletrabalho, conforme previsto no inciso II do artigo 21 do ato 177/2018. (iGovTIC-JUD 2.4.h, iGovTI TCU 4264).	CGSI	2018-2020 v1.0	3	1
A431	Adquirir Sistema de Controle do uso do AD (auditoria de AD) e servidores de arquivos	Adquirir ferramenta que exiba, filtre e analise estruturas hierárquicas grandes e complexas e estenda esses recursos para domínios e florestas do Active Directory. Para oferecer aos gestores da STI/CGOV/DPSEG uma representação visual completa do seu diretório, mostrando quem pode acessar os principais objetos, rastreando e analisando toda a atividade.	STI	2018-2020 v2.0	3	3
A432	Adquirir sistema de identificação automática de vulnerabilidades	Adquirir ferramenta que possibilite a detecção automática de vulnerabilidades em redes e sistemas.	STI	2018-2020 v2.0	3	3
A275	Estruturar serviço de análise de vulnerabilidade de serviços e sistemas de TIC	Criar meios para que a STI/CGOV/DPSEG possa prover às demais unidades de TIC um serviço básico de análise de vulnerabilidade de serviços e sistemas, envolvendo, por exemplo, análise vulnerabilidades em aplicações web e hardening de sistemas operacionais. Definir um plano de ampliação do serviço.	STI	2018-2020 v1.0	3	3
A434	Adquirir solução de Análise de Eventos de Segurança - SIEM	Adquirir ferramenta para gerenciamento de eventos de segurança com inteligência para classificar riscos de eventos, verificar a conformidade com a norma ISO27001 e gestão de incidentes de segurança.	STI	2018-2020 v2.0	3	4

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A279	Revisar processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC	<p>Revisar os processos de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC por meio de uma revisão da Norma Complementar de Controle de Acesso aos Recursos e Serviços de TIC, considerando as adequações necessárias pela reestruturação das secretarias de TIC e pela melhoria contínua do normativo (iGovTIC-JUD 2.4.I)</p> <p>Formalizar critérios objetivos de concessão e bloqueio de acesso a recursos, buscando atribuir mais responsabilidade ao usuário pelo uso da internet, reduzindo o custo operacional de tratamento de solicitações de desbloqueio.</p> <p>A SERCCO será envolvida para dar apoio em relação às normas.</p>	STI	2018-2020 v1.0	2	1

Ações da CGOV/SERCCO - Seção de Gestão de Riscos, Continuidade e Conformidade de Segurança

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A407	Implementar a verificação de conformidade nos processos de segurança da informação	Instanciar a garantia da qualidade para os processos relacionados à segurança da informação, criando as condições necessárias para realizar as verificações de conformidade. (iGovTIC-JUD 2.4.b, 2.4.e, 2.4.h, 2.4.t e iGovTI TCU 4242, 4262, 4263)	CGOV	2018-2020 v2.0	4	2
A408	Atualizar estratégias de continuidade e planos de continuidade para o PJe	Revisar a estratégia de continuidade e atualizar, testar e comunicar os planos de continuidade para o sistema PJe.	CGSI	2018-2020 v2.0	4	3
A413	Executar ciclo de gestão de riscos na infraestrutura de rede do TRT/RJ	Executar o processo de gestão de riscos na infraestrutura de rede do TRT/RJ, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos, tendo em vista que a disponibilidade de todos os sistemas, críticos ou não, são dependentes desta.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A414	Executar ciclo de gestão de riscos no AdmEletrônico	Executar o processo de gestão de riscos no sistema crítico AdmEletrônico, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A415	Executar ciclo de gestão de riscos no Ergon e Ágora	Executar o processo de gestão de riscos no sistema crítico Ergon & Ágora, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A416	Executar ciclo de gestão de riscos no SAPWEB	Executar o processo de gestão de riscos no sistema crítico SAPWEB, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A417	Executar o ciclo de gestão de riscos no PROAD	Executar o processo de gestão de riscos no sistema crítico PROAD, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A418	Executar o ciclo de gestão de riscos para os ambientes críticos de TIC	Executar o processo de gestão de riscos nos ambientes críticos de TIC (Data Centers e Escritório) do TRT/RJ, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos.	STI	2018-2020 v2.0	3	1
A423	Executar ciclo de gestão de riscos no PJe	Executar o processo de gestão de riscos no sistema crítico PJe, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos.	STI	2018-2020 v2.0	3	2

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A424	Revisar a Política de Segurança da Informação do TRT/RJ	Revisar a Política de Segurança da Informação do TRT/RJ, conforme processo definido, considerando as adequações necessárias pela reestruturação e pela melhoria contínua do normativo. A revisão deverá contemplar o monitoramento e avaliação periódicos, pelo CGSI, dos seguintes aspectos: - efetividade da Segurança da Informação de TIC (iGovTIC-JUD 4.2.c); - efetividade das ações planejadas na Política de Segurança da Informação (iGovTIC-JUD 4.2.f).	CGSI	2018-2020 v2.0	3	2
A427	Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o PROAD	Definir a estratégia de continuidade, considerando as premissas estabelecidas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e documentar, testar e comunicar os planos de continuidade para o sistema PROAD. Não é parte do escopo da ação a estruturação do ambiente de contingência.	CGSI	2018-2020 v2.0	3	3
A428	Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o SAPWEB	Definir a estratégia de continuidade, considerando as premissas estabelecidas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e documentar, testar e comunicar os planos de continuidade para o sistema SAPWEB. Não é parte do escopo da ação a estruturação do ambiente de contingência.	CGSI	2018-2020 v2.0	3	3
A190	Desenvolver projeto para o aumento de segurança na infraestrutura do Pje	Estabelecer processos de trabalho mais seguros no Pje, visando à obtenção de melhorias e adequações nas operações realizadas, tais como: - No controle de acesso às bases de dados incluindo às de DBA e Administração de dados; - No controle de acesso aos servidores de aplicação; - No registro (log) de eventos realizados na infraestrutura (servidores, storages e etc.).	CGSI	2018-2020 v1.0	3	4
A276	Instituir diretrizes para classificação da informação no TRT/RJ	Definir política e/ou norma que abranja os critérios e procedimentos para a classificação da informação digital no âmbito do TRT/RJ (iGovTI TCU 4262, iGovTIC-JUD 2.4.d).	CGSI	2018-2020 v1.0	3	4
A439	Executar ciclo de gestão de riscos no Sistema de Gestão de Contratos	Por solicitação da CSIS, executar o processo de gestão de riscos no sistema Gestão de Contratos, conforme processo de gestão de riscos vigente, estabelecido pela Norma Complementar de Gestão de Riscos.	STI	2018-2020 v2.0	2	1
A440	Formalizar o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da POSIC	Definir e formalizar o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da POSIC do TRT/RJ (iGovTIC-JUD 2.4.a).	CGSI	2018-2020 v2.0	2	1

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A441	Formalizar o processo de gestão da continuidade dos serviços de tecnologia da informação	Definir e formalizar o processo de gestão da continuidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação (iGovTIC-JUD 2.4.s e iGovTI TCU 4242).	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	2	1
A443	Revisar o processo de gestão de riscos de TIC e a Política de Gestão de Riscos de TIC	Revisar o processo de gestão de riscos de TIC e a Política de Gestão de Riscos de TIC, considerando as adequações necessárias pela reestruturação e de melhoria contínua do normativo. (iGovTI TCU 4241, iGovTIC-JUD 2.4.i).	CGSI	2018-2020 v2.0	2	1
A280	Atualizar o Relatório de impacto nos negócios desenvolvido em 2015 (BIA)	Revisar a análise de impacto de negócios conduzida em 2015, considerando as mudanças organizacionais ocorridas no TRT/RJ desde então, assim como o surgimento e extinção de serviços e sistemas de TIC.	CGSI	2018-2020 v1.0	2	2
A442	Revisar a Política de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação	Revisar a Política de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT/RJ, considerando as adequações necessárias pela reestruturação e de melhoria contínua do normativo.	CGSI	2018-2020 v2.0	2	1

Ações da CGNC - Coordenadoria de Gestão de Núcleo de Computação

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A126	Implementar melhorias e adequações na infraestrutura da Sala-Cofre	Esta ação visa aumentar a capacidade de armazenamento da sala cofre em 50%. Permitirá a acomodação de racks de telecom que hoje estão instalados em condições ambientais inadequadas, além de executar adequações no sistema de combate a incêndio da sala, aumentando a disponibilidade dos sistemas informatizados no TRT/RJ. A ação está vinculada ao PE 29 - "Adequação no Centro de Dados Primários".	CTIC	2018-2020 v1.0	<u>8</u>	<u>5</u>
A700	Implantar infraestrutura para solução de continuidade dos sistemas críticos informatizados	Esta ação prevê a análise técnica de soluções de mercado com vistas à implantação de infraestrutura de solução de replicação/continuidade de sistemas críticos para implantação de solução de continuidade	CTIC	2018-2020 v2.0	<u>8</u>	<u>5</u>
A135	Implantar, prover e manter a Infraestrutura de contingência/recuperação de desastres para solução de continuidade dos sistemas de missão crítica do TRT da 1ª Região.	Esta ação visa implantar melhorias no centro de dados Secundários, e está vinculada ao PE18 - Adequações no Centro de Dados Secundários. Prevê melhorias na solução de energização, através da implantação de acréscimo de carga e a contratação de novos UPS, além de melhorias no sistema de refrigeração e estrutura do datacenter. Além disso, serão implementados procedimentos de monitoramento de ativos.	CTIC	2018-2020 v1.0	<u>8</u>	<u>6</u>
A251	Implementar novas configurações de balanceamento de carga no F5 (ULTM-F5)	Implementação de melhorias/adequações na configuração do balanceamento entre os servidores, incluindo criação de novos monitores e utilização de diferentes algoritmos para balanceamento, incluindo ativação do novo equipamento.	STI	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>5</u>
A701	Atualizar e configurar a solução de correio eletrônico	Ação que visa manter a solução de correio eletrônico atualizada, devidamente configurada, e com suporte do fabricante.	STI	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>1</u>
A181	Contratar nobreaks com garantia e suporte para a Sala Lavradio	Adequação da solução de UPS (nobreaks) do Datacenter da Rua do Lavradio, provendo a expansão de capacidade dos UPS, com garantia do fabricante e serviço de suporte técnico ao equipamento.	CTIC	2018-2020 v1.0	<u>6</u>	<u>4</u>
A702	Atualizar infraestrutura de hardware de backup e restore	A ação busca definir e prover solução de hardware de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas, incluindo tecnologias para armazenamento de longo prazo e cópia dos backups mais recentes. (Referente à questão 5.3.h do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>5</u>

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A739	Atualizar infraestrutura de software de backup e restore	A ação busca definir e prover solução de software de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas, incluindo tecnologias para armazenamento de longo prazo e cópia dos backups mais recentes. (Referente à questão 5.3.h do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>5</u>
A703	Atualizar e configurar a solução de antispam	Ação que visa manter a solução de antispam atualizada, devidamente configurada, e com suporte do fabricante.	STI	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>1</u>
A160	Atualizar processo de geração e gestão de cópias de segurança	Criar e implantar processo de execução de cópias de segurança atendendo a política de backup e a Lei Geral de Proteção de Dados.	CGSI	2018-2020 v1.0	<u>5</u>	<u>2</u>
A253	Implementar melhorias no sistema de monitoramento dos ativos computacionais do PJe com a ferramenta APM-UIM	Realizar o monitoramento em tempo real da capacidade e disponibilidade dos ativos computacionais através da criação de baselines, thresholds e alarmes e da utilização de ferramentas específicas de monitoramento.	STI	2018-2020 v1.0	<u>5</u>	<u>5</u>
A706	Realizar o planejamento e a instalação de cluster de servidores Windows Server	Implantar ambiente de Windows Datacenter	STI	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>4</u>
A707	Realizar o planejamento e a atualização do sistema operacional Windows Server em servidores AD	Manter atualização de versão dos sistemas operacionais	STI	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>4</u>
A719	Padronizar o monitoramento do ambiente operacional	Desenvolver e padronizar a utilização do Zabbix	STI	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>3</u>
A740	Otimizar o uso de recursos de infraestrutura para ambiente Oracle	Efetuar análises técnicas e alternativas de mercado com vistas à otimização de uso de recursos dedicados a infraestrutura Oracle (considerando armazenamento, processamento, licenças de software).	STI	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>4</u>
A722	Adequar infraestrutura de servidores	Contratação de novos equipamentos para atender a demanda por infraestrutura	STI	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>4</u>
A723	Adequar licenciamento Microsoft	Aquisição de licenças e implantação da solução para atender expansão de capacidade e modernização do parque computacional.	STI	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>5</u>
A724	Adequar licenciamento Vmware	Aquisição de licenças e implantação da solução para atender expansão de capacidade e modernização do parque computacional.	STI	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>6</u>
A252	Implementar solução de compartilhamento de arquivos	Esta ação prevê a análise técnica de soluções de mercado com vistas à implantação de solução de compartilhamento de arquivos.	STI	2018-2020 v1.0	<u>2</u>	<u>0</u>
A726	Contratar suporte aos storages IBM	Contratação de suporte para storages IBM.	STI	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>0</u>

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A728	Renovar suporte ao banco de dados Postgres	Estabelecimento de serviço de suporte Postgres.	STI	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>1</u>
A729	Renovar suporte ao banco de dados Oracle	Estabelecimento de serviço de suporte Oracle.	STI	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>1</u>
A730	Renovar suporte ao servidor de aplicação Jboss	Estabelecimento de serviço de suporte Jboss.	STI	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>1</u>
A731	Avaliar e rever contrato de suporte à infraestrutura Oracle dos sistemas AGORA e ERGON	Avaliação de alternativas para assegurar o funcionamento de sistemas com OAS e Oracle Forms.	STI	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>1</u>
A735	Renovar suporte de solução de monitoramento da CA (APM e UIM)	Ação que visa à contratação de suporte para a solução de monitoramento de ativos e serviços sob responsabilidade da Coordenadoria.	STI	2018-2020 v2.0	<u>1</u>	<u>1</u>
A704	Implantar solução de single Sign-on (SSO)	Implantar solução corporativa de Single Sign-on para o TRT/RJ	CGSI	2018-2020 v2.0	5	3
A106	Implantar ferramentas e práticas de entrega contínua	Implantar a entrega contínua e os conceitos de DEVOPS nos processos de trabalho da CGNC.	STI	2018-2020 v1.0	5	6
A705	Implantar solução de otimização do ambiente de serviços de diretório	Adquirir e implantar solução de software para gestão do ambiente de serviços de diretório.	STI	2018-2020 v2.0	4	4
A708	Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados como norma de cumprimento obrigatório	Ação que visa definir e instituir formalmente o processo de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados. (Referente à questão 6.2.m do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	4	5
A709	Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados com seu ato constitutivo	Ação que visa verificar a conformidade do processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados com seu ato constitutivo. (Referente à questão 6.2.n do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	1
A710	Revisar o processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados e aperfeiçoar quando necessário	Ação que visa revisar o processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados e aperfeiçoar quando necessário. (Referente à questão 6.2.o do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	1
A711	Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de capacidade de TIC, com seu ato constitutivo	Ação que visa assegurar que o processo esteja sendo executado conforme seu ato constitutivo, o que inclui a análise dos artefatos previstos, como forma de evidenciar a efetiva implantação do processo no TRT/RJ. (Referente à questão 6.2.e do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	1

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A712	Revisar o processo de gerenciamento de capacidade de TIC e aperfeiçoar quando necessário	Ação que visa revisar o processo de gerenciamento de capacidade de TIC e aperfeiçoar quando necessário. (Referente à questão 6.2.f do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	1
A713	Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC com seu ato constitutivo	Ação que visa assegurar que o processo esteja sendo executado conforme seu ato constitutivo, o que inclui a análise dos artefatos previstos, como forma de evidenciar a efetiva implantação do processo no TRT/RJ. (Referente à questão 6.2.k do iGovJUD).	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	1
A714	Revisar o processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC e aperfeiçoar quando necessário	Ação que visa revisar o processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC e aperfeiçoar quando necessário. (Referente à questão 6.2.l do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	1
A715	Implantar serviço de operação 24x7	Contratação de empresa para serviço de monitoramento, operação e suporte de acordo com o SLA definido para sistemas corporativos.	STI	2018-2020 v2.0	3	2
A716	Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC como norma de cumprimento obrigatório.	Ação que visa definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC como norma de cumprimento obrigatório. (Referente à questão 6.2.j do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	2
A717	Contratar serviço de suporte Windows Server	Estabelecer de serviço de suporte para ambiente de servidores em Microsoft Windows.	STI	2018-2020 v2.0	3	2
A718	Adequar infraestrutura da rede SAN	Elaboração de estudos técnicos com vistas à contratação de switches e demais componentes necessários.	STI	2018-2020 v2.0	3	2
A720	Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de capacidade de TIC, como norma de cumprimento obrigatório.	Efetuar análises técnicas visando a definição e implantação do processo de gerenciamento de capacidade considerando demandas tais quais as de processamento, armazenamento, licenciamento de software e telecomunicações. (Referente à questão 6.2.d do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	3	3
A721	Sanear e padronizar serviços de diretório	Realizar revisão e padronização do ambiente de serviços de diretório Active Directory	STI	2018-2020 v2.0	3	4
A727	Realizar a atualização do sistema operacional Linux	Ação que visa manter servidores com sistema operacional LINUX devidamente atualizados, adequadamente configurados, e com suporte do fabricante.	STI	2018-2020 v2.0	2	1
A738	Avaliar migração da base binária do Pje para NAS	Efetuar estudos e testes com vistas à migração da base binária do Pje para fora do banco Postgres	STI	2018-2020 v2.0	2	3

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A732	Documentar o ambiente operacional	Definir solução/processo para estabelecer documentação contínua do ambiente operacional da Coordenadoria	STI	2018-2020 v2.0	2	4
A736	Analisar e otimizar o uso de recursos de licenciamento	Analisar e configurar ambientes operacionais de modo a otimizar a alocação de licenças de software	STI	2018-2020 v2.0	1	3
A737	Analisar tecnologia de Hiperconvergência	Avaliar e testar solução de HC considerando possibilidade de modernização da arquitetura da infraestrutura de armazenamento e processamento.	STI	2018-2020 v2.0	1	5

Ações da CSET - Coordenadoria de Serviços de TIC

Ações da própria coordenadoria (CSET)

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A246	Implantar solução de videoconferência (Proc 13000-2018)	Realizar implantação de solução de videoconferência para coleta de depoimentos dos jurisdicionados.	STI	2018-2020 v1.0	<u>6</u>	<u>2</u>
A169	Adequar a infraestrutura de TI para suportar a transmissão ao vivo de sessões de julgamento (2º grau)	Esta ação visa atender à demanda oriunda da ENTIC-JUD para transmissão ao vivo de sessões de julgamento.	CNJ	2018-2020 v1.0	<u>4</u>	<u>6</u>
A244	Implementar a virtualização de desktops e/ou aplicações (VDI) (Proc. 1537-2017)	Realizar a virtualização de desktops e aplicações que serão executadas no datacenter primário (sala-cofre).	STI	2018-2020 v1.0	<u>4</u>	<u>8</u>
A287	ITIL V3 - Desenho de Serviço - Gestão de Catálogo de Serviços / (APO05) Manter portfólios (parcialmente)	Avaliar, priorizar os serviços dentro das restrições de recursos e de orçamento, com base no seu alinhamento com os objetivos estratégicos e risco. Monitorar o desempenho de todo o portfólio de serviços, propondo os ajustes necessários em resposta ao desempenho do serviço ou mudança de prioridades da Instituição. (utilização da ferramenta aderente à biblioteca ITIL).	CGTIC	2018-2020 v1.0	5	2
A300	ITIL V3 - Desenho de Serviço - Gerenciamento do Nível de Serviço / BAI02- Gerenciar Definição de Requisitos	Definir, documentar e acordar os níveis dos serviços dos serviços críticos: 1- Pje prioridade; 2 - Sessão; e 3- Microcentralizadora das varas fora da capital.	CTIC	2018-2020 v1.0	5	2
A264	Instalação do software Copernic Desktop Search nos Gabinetes e VTs (Proc. 9697-2018)	Esta ação tem por objetivo a aquisição e instalação de 2.682 unidades do software cuja principal funcionalidade é facilitar a busca/localização de um ou mais termos no texto dos arquivos, sem necessidade de abrir cada um dos resultados da lista.	Gabinetes e VTs	2018-2020 v1.0	5	4
A170	Adequar a infraestrutura de TI para suportar a gravação de sessões de julgamento e audiências (2º e 1º graus)	Esta ação visa atender à demanda oriunda da ENTIC-JUD para gravação das sessões de julgamento e audiências.	CNJ	2018-2020 v1.0	4	6
A266	Instalação de software de edição de imagem com capacidade de edições vetoriais (Corel) (Proc. 9697-2018)	Esta ação tem por objetivo a aquisição e instalação de 5 unidades do software cuja principal funcionalidade é facilitar a elaboração de trabalhos gráficos, tais como convites, banners, cartazes, bem como imagens vetoriais para cursos EAD (como por exemplo, aquelas utilizadas na plataforma Moodle).	ACE, ESACS, CORC.	2018-2020 v1.0	1	1
A267	Instalação do software Adobe InDesign_CC (Proc. 9697-2018)	Esta ação tem por objetivo a aquisição e instalação de 8 unidades do software cuja principal funcionalidade é possibilitar a criação, diagramação e edição de publicações, tais como libretos e artigos do gênero, de forma otimizada.	ACE, ESACS, SGC	2018-2020 v1.0	1	1

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A270	Instalação de software para elaboração de projetos com BIM	Ferramenta para elaboração de projetos em nova plataforma de desenho e visualização que minimiza falhas de interferências de elementos construtivos, reduz o tempo de elaboração dos trabalhos de projeto e torna automática e mais precisa a contagem e levantamento de materiais, insumos e mão-de-obra necessários ao orçamento.	SOP	2018-2020 v1.0	1	1
A310	Implantação de atendimento automatizado (chatbot) para público interno e externo	Implantar um sistema para melhorar o atendimento ao público interno e externo relativo aos serviços de TIC.	CTIC	2018-2020 v1.0	1	1
A125	Realizar estudo de viabilidade de Outsourcing de impressão	Realizar Estudo para verificar se o atual serviço de compra de impressoras para a renovação contínua do parque tecnológico do TRT-RJ poderá ser substituído pelo serviço de Outsourcing de impressão, através do qual o TRT não necessitaria realizar nenhum tipo de investimento para a aquisição de equipamentos, pagando apenas pelas páginas impressas ou por uma franquia mínima contratada.	DG	2018-2020 v1.0	1	4
A272	Instalação de software para criação de conteúdo para e-Learning	Ferramenta para permitir a criação fácil de e-Learning responsivo em várias telas, sem uso de programação, e por meio da nova e intuitiva interface de usuário. Criar simulações, demonstrações e materiais de treinamentos de conformidade para serem executados em telas de tamanhos variados. Transformar apresentações em PowerPoint em experiências de e-Learning envolventes utilizando personagens, vozes, interações e testes. Aproveitar a melhor publicação de HTML5 para entregar conteúdo para dispositivos móveis, Internet, desktops e os principais LMSs.	ESACS	2018-2020 v1.1	1	1

Ações da CSET/DATTI - Divisão de Atendimento de TIC

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A501	Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Catálogo de Serviços de TIC	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da instituição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A502	Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Acordo de Nível de Serviços	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da instituição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A503	Executar o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC de acordo com o seu ato constitutivo	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da instituição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A504	Executar o processo de gerenciamento de acordo de nível de serviços de acordo com o seu ato constitutivo	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da instituição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2

Ações da CSET/DEMIC - Divisão de Equipamentos de Microinformática

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A509	Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Ativos de microinformática	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da instituição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A510	Executar o processo de gerenciamento Gerenciamento de Ativos de microinformática de acordo com o seu ato constitutivo	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da instituição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2

Ações da CSET/SEQTIC - Seção de Qualidade de Serviços de TIC

ID Ação	Ação	Descrição	Área Deman-dante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A500	Publicar os resultados quantitativos dos atendimentos prestados	Dar publicidade aos resultados operacionais dos servi-ços de TIC.	STI	2018-2020 v2.0	4	0
A505	Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Incidentes de TIC	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da insti-tuição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A506	Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Requisições de TIC	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da insti-tuição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A507	Executar o processo de gerenciamento de incidentes de TIC de acordo com o seu ato constitutivo	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da insti-tuição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A508	Executar o processo de gerenciamento de requisições de TIC de acordo com o seu ato constitutivo	Esta ação tem por objetivo seguir orientação do iGovJUD para aprimorar o nível de maturidade da insti-tuição. A ação será realizada em conjunto com a CGOV.	CGOV	2018-2020 v2.0	3	2
A511	Atualizar os scripts de atendimento	Esta ação tem por objetivo a melhoria contínua do ser-viço de atendimento ao usuário. A ação será realizada em conjunto com as unidades responsáveis pelos servi-ços e sistemas de TIC.	STI	2018-2020 v2.0	2	1

Ações da CSIS - Coordenadoria de Sistemas de TIC

Ações negociais priorizadas pela Presidência

ID Ação	Ação	Descrição	Área Deman-dante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A800	Desenvolver framework de Business Intelligence para disponibilizar dados da área judicial	Desenvolver framework para extrair, consolidar e disponibilizar os principais dados da área judicial para todas as unidades interessadas do TRT/RJ.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>7</u>	<u>6</u>
A801	Desenvolver sistema de acompanhamento de RPVs em ordem cronológica	Disponibilizar a ordem cronológica de pagamento de RPV de Estados e Municípios dos sistemas judiciários PJe e SapWeb.	Corregedoria	2018-2020 v2.0	<u>7</u>	<u>3</u>
A802	Desenvolver novas regras do e-Gestão 2.0	Realizar ajustes no e-Gestão de acordo com as novas regras disponibilizadas nos manuais para 1º e 2º graus.	Grupo Gestor Regional do e-Gestão	2018-2020 v2.0	<u>7</u>	<u>6</u>
A803	Realizar manutenção evolutiva no e-Carta a fim viabilizar o bloqueio de envio de notificação por CNPJ	Adaptar o sistema e-Carta para que ele bloqueie o envio de notificações para os CNPJs das empresas que firmaram convênio com o TRT/RJ para receberem as citações/notificações eletrônicas.	Presidência	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>4</u>

Ações negociais priorizadas pela Secretaria Geral Judiciária

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A292	Realizar manutenção corretiva e evolutiva no Pje (Desenvolvimento remoto) - 2018	O time de desenvolvimento remoto do PJE é dedicado à correção de bugs e melhorias no sistema priorizadas pelo CSJT. Esta ação contempla todo o esforço do time para o ano de 2018.	CSJT	2018-2020 v1.0	<u>8</u>	<u>5</u>
A217	Implantar Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários - SABB	Implantar o SABB (satélite do PJE)	SGJ	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>3</u>
A855	Implantar integração do PJe via MNI com a PGM	Implantar a integração do PJe via MNI (Modelo de Interoperabilidade Nacional - conjunto de webservices implementado no PJe) com a PGM.	CGRPJe	2018-2020 v2.0	<u>8</u>	<u>0</u>
A856	Implantar integração do PJe via MNI com a AGU	Implantar a integração do Pje via MNI (Modelo de Interoperabilidade Nacional - conjunto de webservices implementado no PJe) com o Sistema SAPIENS da Advocacia-Geral da União.	CGRPJe	2018-2020 v2.0	<u>8</u>	<u>0</u>
A857	Implantar alvará eletrônico do Banco do Brasil (SisconDJ-Web)	Implantar o SISCONDJ (solução do TRT2 e BB), sistema de controle de depósitos judiciais e alvarás realizados junto ao Banco do Brasil.	SGJ	2018-2020 v2.0	<u>8</u>	<u>2</u>
A017	Desenvolver e implantar o novo portal Internet do TRT/RJ	Acompanhar o desenvolvimento e implantação do novo portal de internet do TRT/RJ que está sendo implementado pelas empresas IOS/SEA.	SGC	2018-2020 v1.0	<u>6</u>	<u>8</u>
A175	[BDRCL] - Biblioteca Digital - Reformulação de Consultas e Layout Realizar manutenção evolutiva da Biblioteca Digital a fim de reformular consultar e Layout	Evoluir a Biblioteca Digital para a versão mais recente do DSPACE, reformulação do Layout, dentre outras melhorias nas funcionalidades.	SGC	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>4</u>
A036	Desenvolver solução nacional de integração do SIGEO com o Sistema de Assistência Jurídica Gratuita (AJG)	Desenvolver solução nacional de integração do SIGEO com o Sistema de Assistência Jurídica Gratuita (AJG)	SGJ	2018-2020 v1.0	<u>6</u>	<u>5</u>
A218	Internalizar o desenvolvimento e sustentação do portal intranet	Internalizar o desenvolvimento e operação do portal Intranet, que foi desenvolvido pela empresa IOS/SEA.	CSIS	2018-2020 v1.0	<u>5</u>	<u>2</u>

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A859	Desenvolvimento Desenvolver interface de usuário para Acordo de Cooperação Técnica da Light	Em função do Acordo de Cooperação Técnica com o TRT/RJ, a LIGHT disponibilizará consulta, via Web Services, através da sua plataforma de serviços, denominada "Consulta Cliente por CPF/CNPJ". O objetivo dessa ação é desenvolver interface de usuário para disponibilizar esse serviço ao usuário final.	SECPEP	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>0</u>
A213	Plenário virtual - Pje Implantar Plenário Virtual - PJe	Implantar o plenário virtual (satélite do PJe)	CGRPJe	2018-2020 v1.0	<u>8</u>	<u>0</u>
A293	Realizar manutenção corretiva e evolutiva no Pje (Desenvolvimento remoto) - 2019	O time de desenvolvimento remoto do PJE é dedicado à correção de bugs e melhorias no sistema priorizadas pelo CSJT. Esta ação contempla todo o esforço do time para o ano de 2019.	CSJT	2018-2020 v1.0	<u>8</u>	<u>5</u>
A294	Realizar manutenção corretiva e evolutiva no Pje (Desenvolvimento remoto) - 2020	O time de desenvolvimento remoto do PJE é dedicado à correção de bugs e melhorias no sistema priorizadas pelo CSJT. Esta ação contempla todo o esforço do time para o ano de 2020.	CSJT	2018-2020 v1.0	<u>8</u>	<u>5</u>
A860	Desenvolver certidão eletrônica de ações trabalhistas (CEAT)	Disponibilizar a certidão eletrônica de ações trabalhistas online, considerando processos físicos e eletrônicos.	SGJ	2018-2020 v2.0	<u>7</u>	<u>3</u>
A861	Implantar sistema garimpo	Implantar o sistema de saneamento de depósitos judiciais desenvolvido no TRT 21	SGJ	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>3</u>
A201	Implantar sistema de controle de pagamento de precatórios (eprec)	Prover solução para o controle de pagamento dos precatórios, dado que hoje todo o controle é feito manualmente, com grande chance de erro material.	SGJ	2018-2020 v1.0	<u>4</u>	<u>4</u>
A864	Realizar manutenção evolutiva no SAPWEB para reduzir a quantidade de incidentes	Atualmente, são abertos aproximadamente 300 chamados por mês para o SAPWEB. O intuito dessa ação é tratar as principais causas de abertura de incidente, que são: arquivamento, petição, lote de remessa e cadastros básicos.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>2</u>
A865	Implantar sistema de previsibilidade de acordos	Desenvolver solução similar a do TRT9, que analisa as partes que compõem um processo e faz análise dos seus resultados anteriores e indica a probabilidade da realização de acordo.	SGJ	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>4</u>

Ações negociais priorizadas pela Diretoria-Geral

ID Ação	Ação	Descrição	Área Deman-dante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A862	Realizar manutenção evolutiva no Sistema de Gestão de Contratos a fim de implementar processos de contratação, aquisição e licitação	Automatizar os processos de contratação, aquisição, licitação e celebração de convênio (contrato não oneroso) no SISCON.	SCO	2018-2020 v2.0	<u>7</u>	<u>5</u>
A863	Desenvolver sistema PAA online para etapa de planejamento do processo de contratação	Criar módulo no sistema de gestão de contratos para viabilizar a etapa de planejamento do PAA online como módulo do sistema de gestão de contratos.	DG, SOF, SCO, SAM	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>4</u>
A866	Desenvolver sistema de acompanhamento de Servidores em Teletrabalho	Desenvolver solução que permita o cadastro de plano de trabalho de teletrabalho, com as metas específicas por servidor e disponibilize relatórios que possibilitem o acompanhamento de sua execução.	SGP	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>5</u>
A868	Desenvolver relatórios para acompanhamento da produtividade da área judicial	Desenvolver relatório de produtividade baseado em tipos de documentos criados e alterados no PJe, para permitir o acompanhamento do desempenho dos servidores da área judiciária em teletrabalho.	DG/SGP	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>0</u>
A870	Implantar o e-Social Techne - Fase 1	O eSocial é uma demanda do Governo Federal, contida no Decreto nº 8.373/2014, que preconiza a prestação de informações fiscais e atuariais deste Tribunal, a fim de integrar o seu sistema de pessoal Ergon ao e-Social (parte integrante do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital). O objetivo dessa ação é homologar os eventos da Fase 1 e implantar a integração do Ergon, e-Social Techne e e-Social nacional.	SGP	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>4</u>
A871	Desenvolver os conectores do e-Social	Desenvolver os conectores no sistema Ergon que permitam a extração de informações pela ferramenta e-Social Techne, responsável pela transmissão das informações dos eventos para o ambiente nacional do e-Social e pela disponibilização de relatórios de não conformidades.	SGP	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>5</u>
A872	Realizar manutenção evolutiva no Ergon para que ele seja compatível com o e-Social	Adaptar o Ergon (funcionalidades, telas, tabelas e dados) para se adequar à realidade do e-Social, minimizando assim o impacto e a complexidade da construção dos conectores do e-Social.	SGP	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>5</u>
A873	Desenvolver relatório online de acompanhamento de andamento dos processos administrativos	Criar um repositório com dados de processos da área administrativa, especialmente, na dimensão temporal para acompanhar andamento dos processos visando disponibilizar informações para tomada de decisão pelo DG e SGP.	DG, SGP	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>4</u>

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A207	Implantar Sistema de Diárias	Realizar a implantação do Sistema de Diárias (desenvolvido pelo TRT3) neste Regional.	SOF	2018-2020 v1.0	<u>4</u>	<u>4</u>
A021	Contratar Sistema de Manutenção Predial e Infraestrutura	Contratar solução que permita consolidar e gerenciar informações de ordens de serviços referentes à manutenção de obras e equipamentos.	SMI	2018-2020 v1.0	<u>4</u>	<u>5</u>
A874	Desenvolver solução de Inspeção Preventiva	Efetuar e acompanhar vistorias preventivas (aplicação de planilhas de checklist) para manutenção predial e infraestrutura.	SMI	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>3</u>
A875	Desenvolver monitor dos relógios de ponto eletrônico	Sistema responsável por monitorar a disponibilidade dos relógios nas portas 80 e 3000 e verificar se os serviços são executados corretamente. Em caso de falha no serviço de sincronia com o Inspetor REP, o sistema reiniciará o serviço de transferência de marcações no relógio. Em caso de indisponibilidade, o serviço buscará no range da rede do relógio por máquina com características semelhantes ao relógio e confirmando ser um, definirá o IP correto e desabilitará o DHCP. Caso nenhuma das atividades acima resolva o problema, notificará a DIPES para providências	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>3</u>
A877	Desenvolver sistema de auditoria dos relógios eletrônicos de ponto	A ação visa permitir que os registros nos relógios sejam auditados mesmo que estes não tenham sido enviados ao Inspetor REP para gravação em banco. Com o sistema de auditoria, será possível visualizar em qual relógio se fez a marcação, possíveis problemas de transmissão e possíveis problemas de conflitos ou dados corrompidos.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>3</u>
A210	Desenvolver mecanismo de Contagem de Impressão	Implantar o sistema de contagem de impressão a ser desenvolvido pela DISAD, o qual consiste em contabilizar as impressões realizadas, com sumarização por unidade de negócio.	DG	2018-2020 v1.0	<u>1</u>	<u>0</u>
A878	Contratar serviço de suporte técnico especializado do sistema AGORA (ADM105)	Firmar contrato de empreitada por preço global para prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, compreendendo os serviços de suporte técnico centralizado e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema AGORA.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>1</u>	<u>2</u>
A896	Realizar manutenção evolutiva no Agora/e-Material no módulo do inventário	Realizar manutenção evolutiva no Agora/e-Material no módulo de inventário no e-Material com a finalidade de evoluir o preenchimento	DG	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>4</u>

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
	eletrônico	padrão de inventário setorial de gestores de patrimônio; totalizador de bens na carga (inventário setorial); agendamento para abertura automática de inventário; inventário de bens sob responsabilidade individual; revisão do controle de autorização do e-Material; relatório final de inventário.				
A020	Desenvolver sistema de Gestão de Imóveis	Prover solução para gestão de contas a pagar, seguros, documentos do imóvel, entre outras informações que podem ser consultadas no SPIUnet. É desejável que haja integração com o sistema de material e patrimônio a fim de manter uma só referência de imóveis para ambas as aplicações.	DGEBI	2018-2020 v1.0	<u>3</u>	<u>3</u>
A879	Implantar SIGEP e módulos satélites	O SIGEP é o sistema nacional de gestão de pessoas que está sendo desenvolvido por diversos TRTs. O SIGEP consiste no SGRH (sistema de RH utilizado pelo TRT da 2ª Região), PMED (sistema de prontuário médico utilizado pelo TRT da 16ª Região), FolhaWeb (sistema de folha utilizado pelo TRT da 23ª Região) e outros sistemas satélites – sendo a implantação dos 3 primeiros obrigatória até 12/2019.	SGP	2018-2020 v2.0	<u>2</u>	<u>1</u>
A880	Realizar manutenção evolutiva no Sistema de Gestão de Contratos a fim de Implementar processos de Gestão de Execução Contratual	Implementar o processo de contratação (licitações e aquisições) de todas as espécies em fluxo de trabalho. Suporte a todas as fases da licitação com automatização de formulários culminando com o registro do contrato no SISCO. Implementação dos processos de gestão de execução contratual em fluxo de trabalho (prorrogação, reajuste, rescisão, designação de fiscais, etc.). Implementação de necessidades específicas registradas no backlog da aplicação ao final do projeto ADM58 - Sistema de Orçamento.	SCO	2018-2020 v2.0	6	3
A881	Desenvolver melhorias nos dashboards de acompanhamento do PAA	Implementar no pentaho as seguintes melhorias solicitadas: 1. Classificar as ações quanto ao prazo limite para licitação 2. Incluir novos tipos de situação 3. Alterar as regras de apuração das fases 4. Incluir cálculo do valor executado mensal e total também para ações do tipo RP (Registro de Preços) 5. Contabilizar o tempo da ação em cada fase separadamente	DG	2018-2020 v2.0	5	1

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
		<p>6. Contabilizar o tempo de permanência da ação no setor atual</p> <p>7. Alterar o campo obrigatório da planilha - liberação dos pedidos de compra</p> <p>8. Considerar o lançamento da data de inclusão em nova coluna "Data de Inclusão"</p> <p>9. Suprimir exibição de itens que não deveriam constar, por não serem assuntos do tema "Despesa"</p>				
A022	Desenvolver Sistema de Avaliação de Desempenho	Prover solução para avaliação de desempenho de servidores (avaliações de progressão e de estágio probatório), substituindo o processo manual realizado atualmente.	CGEP	2018-2020 v1.0	5	3
A889	Contratar Sistema de Gestão de Pessoas por Competências	Realizar a contratação de solução para gestão de pessoas por competências da LEME, pois o modelo implantado pela LEME dificilmente será aderente à outra ferramenta que não seja aquela fornecida pela própria empresa. Já houve contratação de uma consultoria da LEME para implantação de um modelo de gestão de pessoas por competência	SGP/ESACS	2018-2020 v2.0	3	2
A295	Realizar manutenção evolutiva no Agora/e-Material - ano: 2018	Esta ação compreende a manutenção evolutiva do Agora e E-Material para o ano de 2018. As demandas são executadas conforme priorização do Comitê Agora. Escopo específico: implementar controle de transferência de bens de responsabilidade individual no Agora/e-Material.	CSIS	2018-2020 v1.0	3	4

Ações estruturantes priorizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação

ID Ação	Ação	Descrição	Área Deman-dante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A804	Executar adequações nos sistemas em virtude do REORG	Executar as adequações nos sistemas em virtude da reorganização das unidades administrativas. O trabalho a ser realizado foi levantado na ação EST80 que mapeou impactos nos sistemas Adme, SAPA, PROAD e E-Material. Acrescenta-se ao escopo da ação o mapeamento e a execução de adequações nas ferramentas de trabalho da Secretaria: Redmine, OTRS, Alfresco, etc.	STI	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>3</u>
A202	Desenvolver solução para substituição de tecnologias Java obsoletas dos sistemas do TRT/RJ.	A maioria dos browsers tem descontinuado o suporte a applets. Isso impacta diretamente diversos sistemas do regional, principalmente os que utilizam esta tecnologia para assinatura de documentos. Será necessário prover uma solução para contornar o fim do suporte a applets pelos browsers. Uma possibilidade pode ser utilizar o Java Web Start em substituição aos applets.	CSIS	2018-2020 v1.0	<u>5</u>	<u>5</u>
A805	Implementar práticas de monitoramento e controle do ambiente de produção do PJe e seus satélites	Mapear e monitorar a infraestrutura (banco de dados, servidores de aplicação, agendamentos) do ambiente de produção do PJe e seus satélites para minimizar indisponibilidades e permitir medidas preventivas.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>6</u>
A806	Instituir práticas de monitoramento de serviços de banco de dados	Definir um sistema de monitoramento de serviços de banco de dados para monitor os jobs disparados pelos sistemas das divisões permitindo o controle dos jobs. Será definido todo processo de monitoramento de jobs incluindo o que será monitorado, os níveis de monitoramento, os parâmetros, os alarmes, bem como a definição de papéis e divisão de responsabilidades entre as coordenadorias da STI. Esta ação será aplicada aos sistemas da SECAAD.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>
A807	Revisar catálogo de aplicações de TIC e processo de atualização	Revisar as informações do catálogo de aplicações considerando a reestruturação organizacional do TRT/RJ e ampliar o conjunto de informações para contemplar informações da infraestrutura de TIC, bem como o processo para manter os dados atualizados.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>5</u>
A229	Uniformizar os backlogs dos sistemas da CSIS	Uniformizar os backlogs dos sistemas da CSIS e estabelecer o processo de admissão e priorização de demandas pela CSIS. Atualmente existem diferentes formatos para os backlogs (Bugzilla de mudanças, backlogs do kanban, planilhas de controle de cada dono do produto, etc.).	CSIS	2018-2020 v1.0	<u>5</u>	<u>4</u>

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A808	Revisar o processo de conformidade dos processos	Revisar o processo de conformidade dos processos de desenvolvimento de software, garantindo que sejam feitos os devidos ajustes, sejam nas ações/projetos ou processos, a partir do resultado das análises realizadas.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>3</u>
A809	Elaborar os modelos de artefatos utilizados pelos processos da CSIS	Elaborar dos modelos de artefatos utilizados pelos processos PDS, DSS e DOK da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>3</u>	<u>3</u>
A235	Incorporar práticas de versionamento de artefatos aos processos de desenvolvimento de software	Implementar o versionamento de artefatos de software, seleção e implantação de ferramenta, definição/implantação de processo e definição de métricas de controle. Os objetivos são diminuir riscos de projetos/ações de desenvolvimento, diminuir risco operacional, possibilitar auditoria/rastreabilidade de sistemas e fomentar uma cultura orientada à qualidade na CSIS.	CSIS	2018-2020 v1.0	<u>4</u>	<u>4</u>
A810	Realizar levantamento de conhecimentos dos servidores da CSIS	Levantamento de conhecimentos dos servidores da CSIS, através da elaboração de uma taxonomia dos conhecimentos necessários e a realização de uma pesquisa. O escopo desta ação é delimitado a CSIS e os resultados serão compartilhados com a STI.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>0</u>	<u>2</u>
A811	Disponibilizar informações de conhecimentos dos servidores da CSIS	Elaboração de um sistema de visualização online dos conhecimentos dos servidores da CSIS. O escopo desta ação é delimitado a CSIS e os resultados serão compartilhados com a STI.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>0</u>	<u>3</u>
A812	Instituir práticas de monitoramento de microserviços	Definir, planejar e implantar práticas para monitoramento dos microserviços possibilitando o controle via relatórios que exibirão os status das aplicações e serviços. Será definido todo processo de monitoramento de microserviços incluindo o que será monitorado, os níveis de monitoramento, os parâmetros, os alarmes, bem como a definição de papéis e divisão de responsabilidades entre as coordenadorias da STI. Esta ação será aplicada a sistemas já existentes e aplicações que entrarão em produção.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>5</u>
A813	Atualizar o processo PDS com a incorporação parcial da metodologia XP	Revisar e aperfeiçoar o processo PDS, utilizando a metodologia XP como base. Deverá ser desdobrada em outras ações.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>5</u>
A814	Criar roadmap para identificação das próximas ações referentes à DEVOPS	Devido aos ganhos comprovados com implantação do DEVOPS, é estratégico para STI instituir esse conjunto de práticas. Para isso é necessário identificar quais serão as próximas ações para atingir esse objetivo.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A815	Instituir práticas de automação de teste funcional	Definir, planejar e implantar práticas de automação de teste funcional na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>6</u>	<u>6</u>
A044	Atualizar processos de desenvolvimento de software para que estejam em conformidade com a POSIC/PCA e Normas de controle de acesso	Atualizar os processos de desenvolvimento de software para que fiquem em conformidade com as novas redações da POSIC e PCA, incluam práticas de desenvolvimento seguro, bem como das normas de controle de acesso.	CSIS	2018-2020 v1.0	<u>3</u>	<u>5</u>
A228	Criar roadmap para identificação das próximas ações referentes à BI	Após a implantação do PentahoBi Server para atividades de BI, é necessário identificar quais serão as próximas ações referentes à BI e mensurar seu valor para a atividade fim do TRT/RJ. O escopo desta ação também inclui a avaliação da manutenção do contrato das licenças da ferramenta POWER BI.	CSIS	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>2</u>
A238	Instituir a prática de testes de desempenho nas homologações de versões do PJe	Definir e providenciar a infraestrutura necessária para realização dos testes; definir e implantar ferramentas e procedimentos para realização de testes de desempenho, carga e stress; incorporar esses testes ao processo de homologação de versões do PJe.	CSIS	2018-2020 v1.0	<u>6</u>	<u>5</u>
A816	Definir processo de construção e disponibilização de tutorias e fomentar a oferta de treinamentos EAD para sistemas desenvolvidos pela CSIS	Padronizar o formato de capacitação dos sistemas de TIC mantidos pela CSIS, visando minimizar a necessidade de cursos presenciais e, tornando-os, sempre que possível, em formais (curso da ESACS). Ação com envolvimento da ESACS e os resultados da ação serão compartilhados com a STI	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>2</u>
A817	Definir padronização de frameworks de desenvolvimento	Definição e padronização dos frameworks das linguagens de programação utilizadas no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>
A818	Instituir práticas de teste de desempenho	Definir, planejar e implantar práticas de teste de desempenho na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>
A819	Instituir práticas de elicitação de requisitos	Definir, planejar e implantar práticas de elicitação de requisitos na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>
A820	Instituir práticas de especificação de requisitos	Definir, planejar e implantar práticas de especificação de requisitos na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>
A821	Instituir práticas de elicitação de validação e verificação de requisitos	Definir, planejar e implantar práticas de validação e verificação de requisitos na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>
A822	Instituir práticas de elicitação de estimativa e priorização de requisitos	Definir, planejar e implantar práticas de estimativa e priorização de requisitos na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>5</u>	<u>6</u>

ID Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A823	Reorganizar infraestrutura de armazenamento e de cópias de segurança	Estabelecer políticas, papéis e responsabilidades para as tarefas de armazenamento e manutenção de cópias de segurança das aplicações utilizadas pela CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>4</u>
A824	Implantar gerenciamento de identidades - unificação de login dos sistemas	Definir arquitetura de single sign-on para os sistemas novos	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>5</u>
A825	Instituir práticas de definição, implementação e validação de acessibilidade	Definir, planejar e implantar práticas de acessibilidade no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>4</u>	<u>5</u>
A849	Reorganizar base de dados: Redmine	Redefinir usuários, grupos e permissões. Sanear projetos e ações. Definir políticas de sustentação.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>1</u>	<u>3</u>
A853	Realizar atualização de versão, instalação de plug-in e reorganização da infraestrutura: Redmine	Atualização de versão, instalação de plug-in e estabelecimento de políticas papéis e responsabilidades do aplicativo Redmine.	CSIS	2018-2020 v2.0	<u>1</u>	<u>4</u>

Ações da CTCL - Coordenadoria de Telecomunicações

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A220	Contratação de Rádios para interligação ponto-a-ponto (rede backup) entre prédios da Capital (Processo 865-2017)	Aquisição de equipamentos para implantação de enlaces de radiofrequência próprios, incluindo instalação e configuração, interligando redes de dados e redes de voz entre os quatro prédios do TRT/RJ na Capital, com garantia on-site para serviços, peças e equipamentos, manutenções preventivas/preditivas e treinamento de servidores.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	<u>8</u>	<u>3</u>
A289	Realizar estudo de viabilidade técnico/financeira visando à implantação de centrais de telefonia IP em todas as unidades do interior	Esta ação visa à realização estudo de viabilidade técnico/financeira visando à implantação de centrais de telefonia IP em todas as unidades do interior.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>1</u>
A258	Realizar ampliação/adequações na infraestrutura de rede, tendo por base a utilização de novos 80 switches de acesso (Proc. 8985/2018)	Esta implementação visa à substituição dos equipamentos atualmente instalados no prédio-sede, os quais se encontram sem garantia e defasados tecnologicamente.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>2</u>
A259	Realizar adequações na infraestrutura de rede, tendo por base a utilização de 117 novos nobreaks	Esta implementação visa à substituição dos equipamentos instalados em todas as unidades do TRT-RJ, os quais se encontram defasados tecnologicamente.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>2</u>
A144	Ampliar e atualizar o sistema de telefonia nos 4 prédios da capital (Edifício Barão de Mauá – Av. Augusto Severo, Edifício Gomes Freire, Prédio sede e Prédio do Lavradio) (EM ANDAMENTO PROCESSUAL) - (Proc. 1699-2017)	Aquisição de placas, licenças, aparelhos digitais, aparelhos IP, atualização e ampliação do sistema OmniVista e atualização de software das centrais PABX Alcatel do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com implantação (instalação e configuração), suporte técnico on-site de todo sistema (legado e o que for ampliado) para serviços, peças, módulos e equipamentos das 04 (quatro) centrais PABX Alcatel e treinamento de servidores.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>3</u>
A257	Realizar ampliação/adequações na rede Wifi para prover 300 novos pontos de acesso (Proc. 5653/2017)	Esta implementação visa atender a todas as unidades do TRT-RJ quando não for possível o uso do cabeamento estruturado, além de atender demandas específicas de uso de dispositivos móveis no regional.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	<u>7</u>	<u>3</u>
A208	Conciliador de contas disponibilizadas pelas operadoras de telecomunicações	Prover solução a fim de facilitar a auditoria das contas apresentadas pelas operadoras de telecomunicações com a proposta comercial acordada contratualmente. Auditoria esta que faz parte dos procedimentos de ateste para pagamento.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	<u>4</u>	<u>2</u>
A290	Realizar estudo para verificar a possibilidade de compra de novos equipamentos do tipo switch core ou a implementação de nova solução tecnológica	Esta ação visa à realização de estudo para verificar a possibilidade de compra de novos equipamentos do tipo switch core ou a implementação de nova solução tecnológica.	STI/CTEL	2018-2020 v1.0	2	2

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A600	Melhoria no sistema de monitoramento da Sala-cofre	Ação que visa à aquisição e instalação de um módulo GSM para o envio de alarmes da sala cofre no caso de falha total dos circuitos de acesso a Internet	STI/CTEL	2018-2020 v2.0	4	2
A601	Estudo de viabilidade para implantação do IPv6	Ação que trata dos impactos e levantamento das providências necessárias à implantação do IPv6	STI/CTEL	2018-2020 v2.0	4	2
A602	Reconfiguração da árvore de abrangência dos ativos de rede da sala cofre	O objetivo é garantir a redundância na camada dois aumentando a disponibilidade da rede da sala cofre	STI/CTEL	2018-2020 v2.0	4	2
A603	Implementação das rotas flutuantes na rede MAN da capital	Ação que trata de garantir a alta disponibilidade dos links de dados entre os prédios da capital	STI/CTEL	2018-2020 v2.0	4	2
A604	Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de mudanças de TIC como norma de cumprimento obrigatório	Ação que visa definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de mudanças de TIC como norma de cumprimento obrigatório. (Referente à questão 6.1.p do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	4	1
A605	Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de mudanças de TIC com seu ato constitutivo	Ação que visa assegurar que o processo esteja sendo executado conforme seu ato constitutivo, o que inclui a análise dos artefatos previstos, como forma de evidenciar a efetiva implantação do processo no TRT/RJ. (Referente à questão 6.1.q do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	4	1
A606	Revisar o processo de gerenciamento de mudanças de TIC no ano posterior à sua definição e aperfeiçoar quando necessário	Ação que visa revisar o processo de gerenciamento de mudanças de TIC e aperfeiçoar quando necessário. (Referente à questão 6.1.r do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	4	1

Ações não priorizadas para o período de vigência do PDTIC

As ações apresentadas nas tabelas abaixo, embora tenham sido identificadas, não foram priorizadas para o período de vigência deste PDTIC, devido à limitação de recursos para a execução de ações.

Ações não priorizadas da CSIS – Coordenadoria de Sistemas de TIC

Ações não priorizadas Área Judiciária

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A225	SIMOS 2.0 - Evolução do SIMOS para suportar o registro de ocorrências internas no TRT/RJ. Realizar manutenção evolutiva no SIMOS para suportar o registro de ocorrências internas ao TRT/RJ	Evoluir o SIMOS para suportar o registro de ocorrências internas no TRT/RJ.	Presidência	2018-2020 v1.0	3	0
A867	Implantar sistema VICTOR	Sistema do STF que em sua fase inicial pretende ler todos os recursos extraordinários que sobem para o STF e identificar quais estão vinculados a determinados temas de repercussão geral.	SGJ	2018-2020 v2.0	5	6
A214	Implantar NUGEP	Implantar o NUGEP (satélite do PJE)	CSJT	2018-2020 v1.0	5	0
A869	Automatizar o preenchimento dos relatórios de atividades diárias dos oficiais de justiça	Automatizar o preenchimento dos relatórios de atividades diárias realizadas no PJe pelos oficiais de justiça, evitando o trabalho manual, suscetível a erros.	SJU-1	2018-2020 v2.0	5	5
A305	Pedido de Preferência SAPWEB - Migração de portlet Portal Internet Realizar manutenção evolutiva do Portal Internet a fim de reformular o portlet do Pedido de Preferência SAPWeb	Migrar o portlet do pedido de preferência do SAPWeb para o novo portal internet.	SGJ	2018-2020 v1.0	7	2
A309	Consulta Praça/Leilão - Migração de portlet Portal Internet Realizar manutenção corretiva e evolutiva do Portal Internet a fim de reformular portlet da Consulta Praça/Leilão	Migrar o portlet da consulta praça/leilão para o novo portal internet.	SGJ	2018-2020 v1.0	7	2

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A306	Consulta Pauta/Ata da audiência - Migração de portlet Portal Internet Realizar manutenção evolutiva do Portal Internet a fim de reformular o portlet do da Consulta Pauta/Ata de audiência	Migrar o portlet da consulta pauta/ata de audiência para o novo portal internet.	SGJ	2018-2020 v1.0	7	2
A304	Pedido de Preferência Pje - Migração de portlet Portal Internet Realizar manutenção evolutiva do Portal Internet a fim de reformular o portlet do Pedido de Preferência PJe	Migrar o portlet do pedido de preferência do PJE para o novo portal Internet.	SGJ	2018-2020 v1.0	7	3
A876	Realizar manutenção corretiva e evolutiva do Portal Internet a fim de disponibilizar consulta a ata de sessão no portal internet	Desenvolver solução que gere uma única ata de sessão com os processos físicos e eletrônicos, judiciários e físicos e disponibilize no portal de forma automática.	SGJ	2018-2020 v2.0	7	5
A307	Serviço Push SAPWEB - Migração de portlet Portal Internet Realizar manutenção corretiva e evolutiva do Portal Internet a fim de reformular portlet do Serviço Push SAPWeb	Migrar o portlet do push SAPWeb para o novo portal internet.	SGJ	2018-2020 v1.0	6	3
A308	Cadastro de advogado/ Fale com a SGC - Migração de portlet Portal Internet Realizar manutenção corretiva e evolutiva do Portal Internet a fim de reformular portlet do Cadastro de advogado/Fale com a SGC	Migrar as funcionalidades de cadastro de advogado/Fale com a SGC para o novo portal internet.	SGJ	2018-2020 v1.0	5	2
A242	Prover solução de software de descrição arquivística para o Arquivo Permanente	Prover solução de software de descrição arquivística para o Arquivo Permanente, através da implantação do sistema de software livre ATOM	SGC	2018-2020 v1.0	4	2
A203	Realizar manutenção evolutiva no SAPWeb a fim de refazer a arquitetura de armazenamento para Certidão de Feitos	Refazer arquitetura de armazenamento de dados temporários para Certidão de Feitos do SAPWeb.	CSIS	2018-2020 v1.0	4	3
A241	Realizar manutenção corretiva e evolutiva e do JTE a fim de incluir as notícias do Portal	Disponibilizar a funcionalidade "Notícias" no aplicativo para smartphones JTe, para que os usuários do app possam ter acesso às notícias do Portal também pelo aplicativo.	AIC	2018-2020 v1.0	3	0
A882	Realizar manutenção evolutiva no SAPWEB a fim de permitir utilização de leitura ótica no módulo de remessa	Viabilizar a utilização da leitora ótica no módulo Remessa do SAPWEB.	SGC	2018-2020 v2.0	3	2

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A885	Realizar manutenção evolutiva no SIMOS a fim de permitir inserção de pino de referência e tracejo de rotas seguras	Possibilitar a inclusão de pino de referência no mapa do SIMOS. Prover tracejo automatizado de rota, a partir de destino e origem informados pelo usuário. O caminho informado deve verificar se há registro de ocorrências de segurança nos arredores e notificar o usuário. Inserção da informação "área sem cobertura de celular" como fator de risco no SIMOS (incidente).	SJU-1	2018-2020 v2.0	3	3

Ações não priorizadas Área Administrativa

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A032	Desenvolver aplicativo standalone para assinar documentos sem necessidade de abertura de processo eletrônico	Desenvolver solução que permita a assinatura de documentos sem abertura de um processo eletrônico, bem como a confirmação de autenticidade.	CSIS	2018-2020 v1.0	2	3
A298	Implantar o módulo EJUJTRT do SIGEP	Implantar o módulo EJUJTRT, que consiste em um sistema destinado à gestão de Escolas Judiciais de Tribunais do Trabalho e desenvolvido como parte do projeto SIGEP/CSJT.	Escola Judicial	2018-2020 v1.0	1	1
A858	Realizar manutenção evolutiva e corretiva no Ergon a fim de adequar a contagem de tempo para AQ conforme CSJT 196/2017	Adequar a contagem de tempo para adicional de qualificação ao ato CSJT 196/2017. A alteração realizada no cálculo tem efeitos financeiros e, por isso, deve entrar em produção até o final deste ano.	ESACS	2018-2020 v2.0	8	3
A883	Realizar manutenção evolutiva no PAA online a fim de implementar o acompanhamento da execução	Criar módulo no sistema de gestão de contratos para viabilizar o acompanhamento da execução do Plano Anual de Aquisições.	DG, SOF, SCO, SAM	2018-2020 v2.0	5	4
A884	Realizar manutenção evolutiva no Moodle e Ergon para que haja o intercâmbio de frequências e outras informações	Integrar frequências para lançamento de afastamentos de treinamento no Ergon, aprovações para fins de adicional de qualificação e horas de treinamento ministradas por servidores para pagamento de rubrica específica.	DCOPE/ESACS	2018-2020 v2.0	4	3
A886	Desenvolver sistema de acompanhamento da execução orçamentária	Trata-se de um sistema para controle de fluxo de caixa com projeção futura.	SOF	2018-2020 v2.0	4	3
A887	Realizar manutenção evolutiva no Sistema de Gestão de Contratos a fim de automatizar encargos e retenção trabalhista	Realizar manutenção evolutiva no sistema de gestão contratual (SIS-CON) a fim de suportar processos relacionados a encargos e retenção trabalhista.	SCO	2018-2020 v2.0	4	3

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A888	Envio de licenças do PMED para o Ergon Realizar manutenção evolutiva para permitir o envio de licenças entre o PMED e o Ergon	Viabilizar o cadastro automático das licenças do PMED no ERGON.	SGP	2018-2020 v2.0	4	4
A221	Software de Controle de acesso das portarias dos prédios do TRT Prover solução de controle de acesso das portarias dos prédios do TRT	Prover solução para controle de acesso das portarias, com o objetivo de trazer maior segurança aos acessos do tribunal	CSEG	2018-2020 v1.0	3	1
A890	Realizar manutenção evolutiva no PAA online a fim de implementar o planejamento intempestivo	Criar módulo no sistema de gestão de contratos para viabilizar as alterações no Plano Anual de Aquisições fora do período de planejamento.	DG, SOF, SCO, SAM	2018-2020 v2.0	3	3
A891	Realizar manutenção evolutiva no Agora a fim de criar funcionalidade para bens a serem encaminhados para desfazimento	Criar nova funcionalidade para melhor gestão dos bens a serem encaminhados para desfazimento, de forma a sistematizar o encaminhamento dos referidos bens para a DDESF, procedendo ao processo de baixa.	Comitê Agora	2018-2020 v2.0	3	4
A892	Realizar manutenção evolutiva no Agora/e-Material a fim de implementar controle de transferência de custódia de bens de TIC	Implementar os controles necessários para a melhor gestão dos bens custodiados por empresa terceirizada sem a necessidade de utilização do setor virtual "TERCEIROS CSTU".	Comitê Agora	2018-2020 v2.0	3	4
A893	Realizar manutenção evolutiva no Agora/e-Material a fim de implementar a fim de criar mecanismo para rejeição de recebimento de bens distribuídos	Criar mecanismo para possibilitar que, no momento do recebimento de bens distribuídos a partir do almoxarifado, o usuário possa rejeitar os mesmos (motivações análogas à rejeição de bens transferidos)	Comitê Agora	2018-2020 v2.0	3	4
A296	Realizar manutenção evolutiva do Agora/E-Material - ano: 2019	Esta ação compreende a manutenção evolutiva do Agora e E-Material para o ano de 2019. As demandas são executadas conforme priorização do Comitê Agora.	Comitê Agora	2018-2020 v1.0	3	5
A297	Realizar manutenção evolutiva do Agora/E-Material - ano: 2020	Esta ação compreende a manutenção evolutiva do Agora e E-Material para o ano de 2020. As demandas são executadas conforme priorização do Comitê Agora.	Comitê Agora	2018-2020 v1.0	3	5
A894	Realizar manutenção evolutiva no Agora/e-Material a fim de implementar o envio automático de e-mail e funcionalidade para alteração da natureza de despesa de itens requisitados	Implementar o envio automático de e-mails para alertar de pendências de aceite de movimentação de bens. Criar na tela de tratamento de requisições de material de consumo mecanismo para o gestor alterar a natureza de despesa dos itens requisitados, a fim de evitar a necessidade de fazer a referida alteração na tela de criação das requisições.	Comitê Agora	2018-2020 v2.0	2	4

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A895	Mapear os processos de negócios de contratos, orçamento e material e patrimônio, manutenção e obras, e gestão imobiliária	Mapear em parceria com SDE os processos de negócios de contratos, orçamento e material e patrimônio, manutenção e obras, e gestão imobiliária com a finalidade de subsidiar priorização de futuras demandas relacionadas a esses processos.	DG	2018-2020 v2.0	0	2

Ações não priorizadas Área Estruturante

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A826	Instituir práticas de definição, implementação e validação de segurança de software	Definir, planejar e implantar práticas de segurança de software no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS. Deverá ser desdobrada em outras ações.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	5
A827	Instituir práticas de monitoramento de aplicações e serviços legados	Identificar aplicações e serviços legados e implantar nessas aplicações as práticas definidas para monitoramento de aplicações e serviços.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	5
A828	Reorganizar infraestrutura de desenvolvimento	Mapear necessidades de redimensionamento de servidores de aplicação e redistribuição de aplicações entre servidores, e estabelecer políticas de gerenciamento da infraestrutura de desenvolvimento e sustentação de software.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	6
A829	Instituir práticas de monitoramento de aplicações	Definir, planejar e implantar práticas para monitoramento dos logs e exceções das aplicações que ainda serão disponibilizados em produção possibilitando o controle via relatórios que exibirão os status das aplicações. Será definido todo processo de monitoramento de aplicações incluindo o que será monitorado, os níveis de monitoramento, os parâmetros, os alarmes, bem como a definição de papéis e divisão de responsabilidades entre as coordenadorias da STI. Esta ação será aplicada a sistemas já existentes e aplicações que entrarão em produção e deve englobar, se possível, o PROAD e o Portal de Internet.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	6
A830	Instituir práticas de teste de componente	Definir, planejar e implantar práticas de teste de componente na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	6
A831	Instituir práticas de teste de carga	Definir, planejar e implantar práticas de teste de carga na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	6

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A832	Instituir práticas de teste de aceitação	Definir, planejar e implantar práticas de teste de aceitação na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	6
A833	Instituir práticas de teste de aceitação operacional	Definir, planejar e implantar práticas de teste de aceitação operacional na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	6
A834	Instituir práticas de gerenciamento de teste	Definir, planejar e implantar práticas de gerenciamento de teste na CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	4	6
A835	Instituir práticas de definição, implementação e validação de experiência do usuário	Definir, planejar e implantar práticas de experiência do usuário (UX) no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	3	3
A836	Realizar manutenção evolutiva no Sistema de Gestão de Contratos a fim de Implementar processos de gestão de contratos de TIC	Contratar ou desenvolver software para apoio informatizado à gestão dos contratos de TIC.	DCTIC	2018-2020 v2.0	3	3
A837	Instituir práticas de definição, implementação e validação de padrões de arquitetura	Definir, planejar e implantar práticas de padrões de arquitetura no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	3	5
A838	Instituir práticas de documentação de código fonte	Definir, planejar e implantar práticas de documentação de código fonte	CSIS	2018-2020 v2.0	2	4
A839	Instituir práticas de modelagem de dados	Definir, planejar e implantar práticas de modelagem de dados (MER, Normalização, Desnormalização, etc.) no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	2	5
A840	Instituir práticas de modelagem (Interação, Comportamento e O.O.) de software	Definir, planejar e implantar práticas de modelagem de software no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	2	5
A841	Instituir práticas de definição, implementação e validação de padrões de projeto	Definir, planejar e implantar práticas de padrões de projeto no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	2	5
A842	Estruturar bases de conhecimento da CSIS	Definir ferramenta, estruturar e migrar informações das bases de conhecimento atuais (wiki, base de conhecimento da DIQUA, documentações no alfresco e rede). O escopo desta ação é delimitado a CSIS e os resultados serão compartilhados com a STI.	CSIS	2018-2020 v2.0	2	5
A843	Realizar manutenção evolutiva ou corretiva no framework utilizado nos sistemas da STI/CSIS/DISAD	Realizar manutenção evolutiva ou corretiva no framework HFS com a finalidade de diminuir acoplamento com as APIs que se comunicam com outros sistemas passando utilizar serviços restfull e acoplado outros serviços comuns, como autorização por certificado digital.	CSIS	2018-2020 v2.0	2	5

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A844	Realizar manutenção evolutiva ou corretiva no sistema de RPs de Estados e Municípios a fim de refatorar o código	Melhorar o código do sistema e RPs de Estados e Municípios, através do uso do redux e da implementação de testes automatizados, a fim de corrigir falhas de desenvolvimento que atualmente deixam o sistema seja instável, de difícil manutenção e propenso a erros	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A845	Disponibilizar uma biblioteca de mídia definitiva para a CSIS	Planejar e implementar uma biblioteca de mídia definitiva com as aplicações utilizadas pela CSIS. O escopo desta ação é delimitado a CSIS e os resultados serão compartilhados com a STI.	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A846	Realizar levantamento de ferramentas utilizadas pela CSIS	Levantamento de ferramentas utilizadas pela CSIS para elaboração de uma biblioteca de mídia definitiva, padronização dos times e eliminação de riscos legais. O escopo desta ação é delimitado a CSIS e os resultados serão compartilhados com a STI.	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A847	Realizar atualização de versão, instalação de plug-in e reorganização da infraestrutura: Alfresco	Atualização de versão, instalação de plug-in e estabelecimento de políticas papéis e responsabilidades do aplicativo Alfresco.	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A848	Realizar atualização de versão, instalação de plug-in e reorganização da infraestrutura: Mattermost	Atualização de versão, instalação de plug-in e estabelecimento de políticas papéis e responsabilidades do aplicativo Mattermost.	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A850	Reorganizar base de dados: Alfresco	Redefinir usuários, grupos e permissões. Sanear sites e pastas. Definir políticas de sustentação.	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A851	Reorganizar base de dados: Mattermost	Redefinir usuários, grupos e permissões. Definir políticas de sustentação.	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A852	Instituir práticas de definição, implementação e validação de serviços	Definir, planejar e implantar práticas de validação de serviços no desenvolvimento e sustentação de sistemas da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	1	3
A854	Definir conjunto de ferramentas padrão para desenvolvimento e sustentação de software	Seleção de padrão de ferramentas de desenvolvimento da CSIS.	CSIS	2018-2020 v2.0	0	2

Ações não priorizadas da CGOV - Coordenadoria de Governança e Segurança de TIC

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A421	Instrumentar a verificação de conformidade de TIC em relação a normativos e recomendações de órgãos de controle externo	Criar meios para apoiar a verificação de conformidade da TIC em relação a normativos e recomendações de órgãos de controle externo, incluindo a estruturação de uma base de conhecimento, o registro de evidências das avaliações realizadas e a possibilidade de rastreabilidade para as ações do portfólio de TIC. Avaliar viabilidade e conveniência de usar o Risk Manager neste tipo de atividade.	STI	2018-2020 v2.0	3	2
A422	Estruturar atividade de capacitação e mentoria quanto à gestão de projetos e portfólio	Estruturar atividade de capacitação e mentoria às unidades da STI quanto aos processos e boas práticas de gerenciamento de projetos e portfólio	STI	2018-2020 v2.0	3	2
A109	Revisar a análise de riscos operacionais de TIC	A ação consiste em: 1) Revisar os riscos operacionais de Tecnologia da Informação nos processos que sustentam os Objetivos Estratégicos de TI e objetivos secundários; 2) Revisar os controles aplicáveis aos riscos identificados; 3) Revisar a redução dos riscos conhecidos através da implantação de controles para redução a níveis aceitáveis baseando-se na Norma complementar ATO Nº 112/2017; e 4) Aprovar no CTIC.	CTIC	2018-2020 v1.0	3	2
A429	Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o Serviço de e-mail	Definir a estratégia de continuidade, considerando as premissas estabelecidas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e documentar, testar e comunicar os planos de continuidade para o Serviço de e-mail. Não é parte do escopo da ação a estruturação do ambiente de contingência.	CGSI	2018-2020 v2.0	2	1
A430	Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o Servidor de Arquivos	Definir a estratégia de continuidade, considerando as premissas estabelecidas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e documentar, testar e comunicar os planos de continuidade para o Servidor de Arquivos. Não é parte do escopo da ação a estruturação do ambiente de contingência.	CGSI	2018-2020 v2.0	2	2
A425	Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o ADMEletrônico	Definir a estratégia de continuidade, considerando as premissas estabelecidas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e documentar, testar e comunicar os planos de continuidade para o sistema AdMEletrônico. Não é parte do escopo da ação a estruturação do ambiente de contingência.	CGSI	2018-2020 v2.0	2	2

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A426	Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o ERGON e AGORA	Definir a estratégia de continuidade, considerando as premissas estabelecidas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e documentar, testar e comunicar os planos de continuidade para o sistema ERGON e ÁGORA. Ambos os sistemas são considerados em conjunto pelo alto grau de acoplamento entre eles. Não é parte do escopo da ação a estruturação do ambiente de contingência.	CGSI	2018-2020 v2.0	2	2
A433	Instituir política de gestão de pessoas de TIC	Formalizar uma política de gestão de pessoas específica para a área de TIC. Embora o TRT/RJ já possua uma Política de Gestão de Pessoas institucional, definida pela Resolução Administrativa nº 57/2012, ela não trata das especificidades da área de TI previstas na Resolução CNJ 211/2015, o que justifica esta ação. Tal política deve possuir as seguintes características: - Promover a análise situacional da área de TIC, a minimização da evasão e a valorização dos servidores do quadro permanente do órgão (iGovTIC-JUD 1.2.j). - Prever gratificação específica para a área de TIC (Res. 211/2015, art. 14, § 2º ao 4º). - Formalizar diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de gestores e técnicos de TIC (iGovTIC-JUD 3.2.a, 3.2.b, 3.2.c e 3.2.d). - Ser acompanhada e avaliada periodicamente pelos Comitês de Governança e de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas (iGovTIC-JUD 4.2.g). - Estar disponibilizada em local de fácil acesso (iGovTIC-JUD 1.4.d).	CNJ	2018-2020 v2.0	5	4
A438	Redigir e publicar ato que defina que todos os processos do portal processostic.trt1.jus.br são de uso obrigatório dentro do TRT/RJ	Redigir e publicar ato único que defina que todos os processos publicados no portal processostic.trt1.jus.br são de uso obrigatório pela TIC do TRT/RJ. Revogar os atos anteriores específicos para o PAD37 e a MDS (Ato Nº 66/2015 e Ato Nº 68/2015)	STI	2018-2020 v2.0	5	4
A444	Revisar a Política de Controle de Acesso aos Recursos e Serviços de TIC	Revisar a Política de Controle de Acesso aos Recursos e Serviços de TIC, do TRT/RJ, considerando as adequações necessárias pela reestruturação e pela melhoria contínua do normativo. Esta ação deverá contemplar a alteração ou revogação de outros normativos do TRT/RJ redundantes ou conflitantes.	CGSI	2018-2020 v2.0	4	2

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A239	Revisar metodologia de gestão de projetos e gestão de ações	Atualizar as metodologias de gerenciamento de projetos e ações, buscando (iGovTIC-JUD 2.3.i): (1) convergência entre o gerenciamento de projetos e ações; (2) alinhamento às práticas de gerenciamento ágil previstas nas metodologias de desenvolvimento de sistemas; (3) simplificação da metodologia com a remoção da redundância entre artefatos e a unificação das fontes de informação sobre projetos e ações. (4) realização de outras melhorias com base na experiência obtida nos projetos e ações já realizados.	STI	2018-2020 v1.0	4	2
A237	Incorporar práticas de Kanban na gestão de demandas de sistemas	Adotar práticas Kanban para gerenciar o fluxo de demandas de sistemas ("upstream Kanban"), buscando aumentar a eficiência, ampliar a colaboração com as áreas demandantes e reduzir o ciclo de estímulo-feedback.	STI/CSIS	2018-2020 v1.0	4	3
A231	Criar painel de indicadores-chave de desempenho de TIC	Além dos indicadores estratégicos e táticos formalmente definidos no PEP, PETIC e PDTIC, a STI tem necessidade de monitorar e reportar outros indicadores mais específicos que se encontram atualmente dispersos. Há, por exemplo, indicadores de projetos e ações já gerados periodicamente pela STI/CGOV/DPLAN, indicadores de conformidade gerados pelo processo de garantia da qualidade de processos, indicadores para monitoramento de incidentes de sistemas, entre outros. Há também propostas em andamento para criação de novos indicadores. O objetivo da ação é criar um painel que consolide esses indicadores e definir procedimentos e responsabilidades necessários para gerá-los e reportá-los com a periodicidade necessária. Atenção: Depende do Escritório de Processos de TIC (iGovTI TCU 2136, iGovTI TCU 4271)	STI	2018-2020 v1.0	4	3
A061	Elaborar política de manutenção de documentos eletrônicos	Ação oriunda da ENTIC-JUD para criação da política de manutenção de documentos eletrônicos.	CNJ	2018-2020 v1.0	3	1
A451	Realizar a revisão anual (2020) do processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC)	Realizar a melhoria contínua dos processos de elaboração do PETIC e PDTIC do TRT1 para o ano de 2020 (iGovTIC-JUD 2.3.c)	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	3	1
A452	Reestruturação do site de Governança (Intranet/Internet)	Reestruturar o atual site de governança de TIC (anteriormente administrado pela SECSIN) re-vedendo seu conteúdo, identificando novas necessidades de informação e buscando conformidade com os normativos relativos à transparência na área de TIC.	STI/CGOV	2018-2020 v2.0	3	1

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A453	Aperfeiçoamento do processo de coleta de métricas de alocação	Melhorar o procedimento de coleta de métricas de alocação atualmente utilizado pela CSIS e CGOV de forma a diminuir o esforço da entrada de dados na ponta, garantir maior confiabilidade das métricas apuradas e viabilizar a expansão do modelo de coleta de métricas para toda a STI.	STI/CSIS	2018-2020 v2.0	3	1

Ações não priorizadas da CTEL - Coordenadoria de Telecomunicações

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A607	Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC como norma de cumprimento obrigatório	Ação que visa definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC como norma de cumprimento obrigatório. (Referente à questão 6.1.v do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0
A608	Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC com seu ato constitutivo	Ação que visa assegurar que o processo esteja sendo executado conforme seu ato constitutivo, o que inclui a análise dos artefatos previstos, como forma de evidenciar a efetiva implantação do processo no TRT/RJ. (Referente à questão 6.1.w do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0
A609	Revisar o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC no ano posterior à sua definição e aperfeiçoar quando necessário	Ação que visa revisar o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC e aperfeiçoar quando necessário. (Referente à questão 6.1.x do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0
A610	Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC, como norma de cumprimento obrigatório	Ação que visa definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC como norma de cumprimento obrigatório. (Referente à questão 6.2.a do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0
A611	Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC, com seu ato constitutivo	Ação que visa assegurar que o processo esteja sendo executado conforme seu ato constitutivo, o que inclui a análise dos artefatos previstos, como forma de evidenciar a efetiva implantação do processo no TRT/RJ. (Referente à questão 6.2.b do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0
A612	Revisar o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC, no ano posterior à sua definição e aperfeiçoar quando necessário	Ação que visa revisar o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC e aperfeiçoar quando necessário. (Referente à questão 6.2.c do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0
A613	Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, como norma de cumprimento obrigatório	Ação que visa definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração como norma de cumprimento obrigatório. (Referente à questão 6.2.g do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0
A614	Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, com seu ato constitutivo	Ação que visa assegurar que o processo esteja sendo executado conforme seu ato constitutivo, o que inclui a análise dos artefatos previstos, como forma de evidenciar a efetiva implantação do processo no TRT/RJ. (Referente à questão 6.2.h do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	0

ID da Ação	Ação	Descrição	Área Demandante	Versão do PDTIC	Valor	Custo
A615	Revisar o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, no ano posterior à sua definição e aperfeiçoar quando necessário	Ação que visa revisar o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, e aperfeiçoar quando necessário. (Referente à questão 6.2.i do iGovJUD)	CNJ/ENTIC-JUD	2018-2020 v2.0	0	2

Mapeamento entre as necessidades de TIC e as ações planejadas no PDTIC

As tabelas abaixo mostram o mapeamento entre as necessidades de TIC identificadas e as ações planejadas para o período de vigência do PDTIC.

Nas situações em que uma mesma ação contribui para o atendimento de mais de uma necessidade, a ação aparece repetida em cada necessidade para qual contribui.

Necessidades de Infraestrutura de TIC

Necessidade	Ação
Garantir a infraestrutura de TIC apropriada para suportar o negócio	Implementar a virtualização de desktops e/ou aplicações (VDI) (Proc. 1537-2017)
	Adequar a infraestrutura de TI para suportar a gravação de sessões de julgamento e audiências (2º e 1º graus)
	Adequar a infraestrutura de TI para suportar a transmissão ao vivo de sessões de julgamento (2º grau)
	Adequar infraestrutura da rede SAN
	Adequar infraestrutura de servidores
	Adequar licenciamento Microsoft
	Adequar licenciamento Vmware
	Analisar e otimizar o uso de recursos de licenciamento
	Analisar tecnologia de Hiperconvergência
	Atualizar e configurar a solução de AntiSpam
	Atualizar e configurar a solução de correio eletrônico
	Atualizar infraestrutura de hardware de backup e restore
	Atualizar infraestrutura de software de backup e restore
	Atualizar os scripts de atendimento
	Avaliar e rever contrato de suporte à infraestrutura Oracle dos sistemas AGORA e ERGON
	Conciliador de contas disponibilizadas pelas operadoras de telecomunicações
	Contratação de Rádios para interligação ponto-a-ponto (rede backup) entre prédios da Capital (Processo 865-2017)
	Contratar nobreaks com garantia e suporte para a Sala Lavradio
	Contratar serviço de suporte Windows Server
Contratar suporte aos storages IBM	
Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Acordo de Nível de Serviços	

Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Ativos de microinformática
Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Catálogo de Serviços de TIC
Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Incidentes de TIC
Definir, implantar e instituir (Ato) o processo de Gerenciamento de Requisições de TIC
Desenvolver mecanismo de Contagem de Impressão
Estudo de viabilidade para implantação do IPv6
Executar ciclo de gestão de riscos na infraestrutura de rede do TRT/RJ
Executar ciclo de gestão de riscos no AdmEletrônico
Executar ciclo de gestão de riscos no Ergon e Ágora
Executar ciclo de gestão de riscos no PJe
Executar ciclo de gestão de riscos no SAPWEB
Executar ciclo de gestão de riscos no Sistema de Gestão de Contratos
Executar o ciclo de gestão de riscos no PROAD
Executar o ciclo de gestão de riscos para os ambientes críticos de TIC
Executar o processo de gerenciamento de acordo de nível de serviços de acordo com o seu ato constitutivo
Executar o processo de gerenciamento de incidentes de TIC de acordo com o seu ato constitutivo
Executar o processo de gerenciamento de requisições de TIC de acordo com o seu ato constitutivo
Executar o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC de acordo com o seu ato constitutivo
Executar o processo de Gerenciamento de Ativos de microinformática de acordo com o seu ato constitutivo
Implantação de atendimento automatizado (chatbot) para público interno e externo
Implantar infraestrutura para solução de continuidade dos sistemas críticos informatizados
Implantar serviço de operação 24x7
Implantar solução de otimização do ambiente de serviços de diretório
Implantar solução de videoconferência (Proc. 13000-2018)
Implantar, prover e manter a Infraestrutura de contingência/recuperação de desastres para solução de continuidade dos sistemas de missão crítica do TRT da 1ª Região
Implementar melhorias e adequações na infraestrutura da Sala-Cofre
Implementar melhorias no sistema de monitoramento dos ativos computacionais do PJe com a ferramenta APM-UIM
Implementar novas configurações de balanceamento de carga no F5 (ULTM-F5)
Implementar solução de compartilhamento de arquivos
Instalação de software de edição de imagem com capacidade de edições vetoriais (Corel) (Proc. 9697-2018)

Garantir a infraestrutura necessária para as atividades de desenvolvimento e sustentação de software	Instalação de software para criação de conteúdo para e-Learning
	Instalação de software para elaboração de projetos com BIM
	Instalação do software Adobe InDesign_CC (Proc. 9697-2018)
	Instalação do software Copernic Desktop Search nos Gabinetes e VTs (Proc. 9697-2018)
	Melhoria no sistema de monitoramento da Sala-cofre
	Otimizar uso de recursos de infraestrutura para ambiente Oracle
	Padronizar o monitoramento do ambiente operacional
	Publicar os resultados quantitativos dos atendimentos prestados
	Realizar a atualização do sistema operacional Linux
	Realizar adequações na infraestrutura de rede, tendo por base a utilização de 117 novos nobreaks
	Realizar ampliação/adequações na infraestrutura de rede, tendo por base a utilização de novos 80 switches de acesso (Proc. 8985/2018)
	Realizar ampliação/adequações na rede Wifi para prover 300 novos pontos de acesso (Proc. 5653/2017)
	Realizar estudo de viabilidade de Outsourcing de impressão
	Realizar estudo de viabilidade técnico/financeira visando à implantação de centrais de telefonia IP em todas as unidades do interior
	Realizar estudo para verificar a possibilidade de compra de novos equipamentos do tipo switch core ou a implementação de nova solução tecnológica
	Realizar o planejamento e a atualização do sistema operacional Windows Server em servidores AD
	Realizar o planejamento e a instalação de cluster de servidores Windows Server
	Reconfiguração da árvore de abrangência dos ativos de rede da sala cofre.
	Renovar suporte ao banco de dados Oracle
	Renovar suporte ao banco de dados Postgres
	Renovar suporte ao servidor de aplicação Jboss
	Renovar suporte de solução de monitoramento da CA (APM e UIM)
	Sanear e padronizar serviços de diretório
	Desenvolver mecanismo de Contagem de Impressão
	Prover a alta disponibilidade da rede de dados e voz
Reorganizar infraestrutura de armazenamento e de cópias de segurança	
	Ampliar e atualizar o sistema de telefonia nos 4 prédios da capital (Edifício Barão de Mauá – Av. Augusto Severo, Edifício Gomes Freire, Prédio sede e Prédio da Lavradio) (EM ANDAMENTO PROCESSUAL) - (Proc. 1699-2017)

Necessidades de Pessoal de TIC

Necessidade	Ação
Adequação do Quadro permanente de servidores e da elaboração de política de gestão de pessoas	Criar meios de conscientização sobre tópicos de segurança da informação no TRT/RJ
Definir e instituir Política de Gestão de Pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação	Realizar análise de rotatividade de pessoal para o biênio 2017-2018
	Realizar análise de rotatividade de pessoal para o biênio 2019-2020
Desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	Aprimorar o planejamento de capacitação de TIC
	Disponibilizar informações de conhecimentos dos servidores da CSIS
	Instituir processo de gestão por competências na área de TIC
	Realizar levantamento de conhecimentos dos servidores da CSIS
Regulamentar atividades extraordinárias para os servidores de TIC (jornada extraordinária, trabalho remoto e sobreaviso)	Desenvolver monitor dos relógios de ponto eletrônico
	Desenvolver sistema de acompanhamento de Servidores em Teletrabalho
	Formalizar plantão na área de TIC

Necessidades de Processos de TIC

Necessidade	Ação
Estabelecer o Sistema de Gestão de Segurança da Tecnologia da Informação	<p>Revisar a Política de Segurança da Informação do TRT/RJ</p> <p>Revisar o processo de gestão de riscos de TIC</p>
Garantir a efetividade da Política de Continuidade de negócios de TIC	<p>Atualizar estratégias de continuidade e planos de continuidade para o PJe</p> <p>Atualizar o Relatório de impacto nos negócios desenvolvido em 2015 (BIA)</p> <p>Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o PROAD</p> <p>Definir estratégias de continuidade e criar planos de continuidade para o SAPWEB</p> <p>Formalizar o processo de gestão da continuidade dos serviços de tecnologia da informação</p> <p>Revisar a Política de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação</p>
Promover melhorias nos processos de contratações de TIC	<p>Adquirir software ou serviço para realização de pesquisa de preços</p> <p>Contratar assinatura de periódico na área de licitações e contratos</p> <p>Definir processo de gerenciamento de contratos de TIC</p> <p>Realizar revisão anual do processo de gerenciamento de contratos de TIC (2020)</p> <p>Realizar revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (2019)</p> <p>Realizar revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (2020)</p>
Promover melhorias nos processos de desenvolvimento e sustentação de sistemas e na qualidade dos produtos desenvolvidos	<p>Atualizar o processo PDS com a incorporação parcial da metodologia XP</p> <p>Atualizar processos de desenvolvimento de software para que estejam em conformidade com a POSIC/PCA e Normas de controle de acesso</p> <p>Criar roadmap para identificação das próximas ações referentes à DEVOPS</p> <p>Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de capacidade de TIC, como norma de cumprimento obrigatório</p> <p>Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados como norma de cumprimento obrigatório</p> <p>Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC como norma de cumprimento obrigatório</p> <p>Definir e instituir formalmente o processo de gerenciamento de mudanças de TIC como norma de cumprimento</p>

obrigatório
Definir padronização de frameworks de desenvolvimento
Definir processo de construção e disponibilização de tutorias e fomentar a oferta de treinamentos EAD para sistemas desenvolvidos pela CSIS
Documentar o ambiente operacional
Elaborar os modelos de artefatos utilizados pelos processos da CSIS
Implementação das rotas flutuantes na rede MAN da capital.
Implementar práticas de monitoramento e controle do ambiente de produção do PJe e seus satélites
Incorporar práticas de versionamento de artefatos aos processos de desenvolvimento de software
Instituir a prática de testes de desempenho nas homologações de versões do PJe
Instituir práticas de automação de teste funcional
Instituir práticas de definição, implementação e validação de acessibilidade
Instituir práticas de elicitação de estimativa e priorização de requisitos
Instituir práticas de elicitação de requisitos
Instituir práticas de elicitação de validação e verificação de requisitos
Instituir práticas de especificação de requisitos
Instituir práticas de monitoramento de microserviços
Instituir práticas de monitoramento de serviços de banco de dados
Instituir práticas de teste de desempenho
Revisar catálogo de aplicações de TIC e processo de atualização
Revisar o processo de conformidade dos processos
Revisar o processo de gerenciamento de capacidade de TIC e aperfeiçoar quando necessário
Revisar o processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados e aperfeiçoar quando necessário
Revisar o processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC e aperfeiçoar quando necessário
Revisar o processo de gerenciamento de mudanças de TIC no ano posterior à sua definição e aperfeiçoar quando necessário
Avaliar migração da base binária do Pje para NAS
Uniformizar os backlogs dos sistemas da CSIS
Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de capacidade de TIC, com seu ato constitutivo

Promover melhorias nos processos de Gestão e Governança de TIC

Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados com seu ato constitutivo
Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC com seu ato constitutivo
Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de mudanças de TIC com seu ato constitutivo
Ampliar a abrangência do processo de gestão de portfólio na STI
Criar o escritório de processos de TIC
Definir e implementar práticas da avaliação de resultado do uso da TIC
Definir processo de gerenciamento de contratos de TIC
Elaborar o PDTIC para nova vigência
Formalizar o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC)
Integrar o processo de contratação ao processo de gestão do portfólio
ITIL V3 - Desenho de Serviço - Gerenciamento do Nível de Serviço / BAI02- Gerenciar Definição de Requisitos
ITIL V3 - Desenho de Serviço - Gestão de Catálogo de Serviços /(APO05) Manter portfólios (parcialmente)
Realizar revisão anual do processo de gerenciamento de contratos de TIC (2020)
Realizar revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (2019)
Realizar revisão anual do processo de planejamento de contratações de soluções de TIC (2020)
Revisão anual do PDTIC 2019
Revisão do PETIC 2019
Revisar a Política de Governança de TIC
Revisar metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos
Revisar o processo de garantia da qualidade

Necessidades de Segurança da Informação

Necessidade	Ação
Garantir as necessidades de segurança da informação	Adquirir certificados digitais dos tipos A1 e A3 para pessoas físicas, A3 para pessoas jurídicas (e-CNPJ) e SSL para equipamentos.
	Adquirir mídias criptográficas (token).
	Adquirir Sistema de Controle do uso do AD (auditoria de AD) e servidores de arquivos
	Adquirir sistema de identificação automática de vulnerabilidades
	Adquirir solução de Análise de Eventos de Segurança - SIEM
	Contratar visitas para emissão de certificados digitais
	Criar meios de conscientização sobre tópicos de segurança da informação no TRT/RJ
	Estruturar serviço de análise de vulnerabilidade de serviços e sistemas de TIC
	Formalizar o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da POSIC
	Implantar solução de Firewall NGFW
	Programar a verificação de conformidade nos processos de segurança da informação
	Instituir diretrizes para classificação da informação no TRT/RJ
Revisar o processo de gestão de incidentes de segurança da informação	
Prover a padronização dos serviços de controle de acesso aos sistemas e serviços de TIC	Implantar solução de single Sign-on (SSO)
	Revisar processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC

Necessidades de Sistemas de TIC

Necessidade	Ação
Adotar ferramentas/software necessários para apoiar as atividades desenvolvidas na SST	Adquirir software ou serviço para realização de pesquisa de preços
	Contratar assinatura de periódico na área de licitações e contratos
	Implantar gerenciamento de identidades - unificação de login dos sistemas
Garantir a participação efetiva do TRT/RJ no desenvolvimento e implantação de sistemas nacionais, em especial entre órgãos da Justiça do Trabalho	Desenvolver solução nacional de integração do SIGEO com o Sistema de Assistência Jurídica Gratuita (AJG)
	Implantar sistema de controle de pagamento de precatórios (eprec)
	Implantar Sistema de Diárias
Garantir a utilização e manutenção do Sistema Pje	Desenvolver projeto para o aumento de segurança na infraestrutura do Pje
	Implantar Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários - SABB
	Plenário virtual - Pje Implantar Plenário Virtual - PJe
	Realizar manutenção corretiva e evolutiva no Pje (Desenvolvimento remoto) - 2018
	Realizar manutenção corretiva e evolutiva no Pje (Desenvolvimento remoto) - 2019
Realizar manutenção corretiva e evolutiva no Pje (Desenvolvimento remoto) - 2020	
Garantir utilização de ferramentas de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, bem como observar o comportamento dos dados explorados na oferta de serviços	Criar roadmap para identificação das próximas ações referentes à BI
	Desenvolver framework de Business Intelligence para disponibilizar dados da área judicial
	Desenvolver melhorias nos dashboards de acompanhamento do PAA
	Desenvolver relatório online de acompanhamento de andamento dos processos administrativos
	Desenvolver relatórios para acompanhamento da produtividade da área judicial
Manter e evoluir os sistemas de informação utilizados	[BDRCL] - Biblioteca Digital - Reformulação de Consultas e Layout Realizar manutenção evolutiva da Biblioteca Digital a fim de reformular consultar e Layout
	Desenvolver e implantar o novo portal Internet do TRT/RJ
	Executar adequações nos sistemas em virtude do REORG

	Internalizar o desenvolvimento e sustentação do portal intranet
	Realizar manutenção evolutiva no Agora/e-Material no módulo do inventário eletrônico
	Realizar manutenção evolutiva no e-Carta a fim viabilizar o bloqueio de envio de notificação por CNPJ
	Realizar manutenção evolutiva no SAPWEB para reduzir a quantidade de incidentes
	Realizar manutenção evolutiva no Sistema de Gestão de Contratos a fim de implementar processos de contratação, aquisição e licitação
	Realizar manutenção evolutiva no Sistema de Gestão de Contratos a fim de Implementar processos de Gestão de Execução Contratual
Prover novas soluções de sistemas para apoio aos processos de trabalho do TRT/RJ	Contratar serviço de suporte técnico especializado do sistema AGORA
	Contratar Sistema de Manutenção Predial e Infraestrutura
	Desenvolver sistema PAA online para etapa de planejamento do processo de contratação
	Desenvolver certidão eletrônica de ações trabalhistas (CEAT)
	Desenvolver novas regras do e-Gestão 2.0
	Desenvolver os conectores do e-Social
	Desenvolver sistema de acompanhamento de RPVs em ordem cronológica
	Desenvolver sistema de auditoria dos relógios eletrônicos de ponto
	Desenvolver Sistema de Avaliação de Desempenho
	Desenvolver sistema de Gestão de Imóveis
	Desenvolver solução de Inspeção Preventiva
	Desenvolver solução para substituição de tecnologias Java obsoletas dos sistemas do TRT/RJ.
	Desenvolvimento Desenvolver interface de usuário para Acordo de Cooperação Técnica da Light
	Implantar alvará eletrônico do Banco do Brasil (SisconDJ-Web)
	Implantar integração do PJe via MNI com a AGU
	Implantar integração do PJe via MNI com a PGM
	Implantar o e-Social Techne - Fase 1
	Implantar SIGEP e módulos satélites
	Implantar sistema de previsibilidade de acordos
	Implantar sistema garimpo
	Realizar manutenção evolutiva no Ergon para que ele seja compatível com o e-Social

Anexo IV – Estimativas de custeio e investimento das ações

O Plano Anual de Aquisições - PAA do TRT/RJ é o documento que comporta o planejamento das aquisições tanto para investimentos quanto para custeio, incluindo uma seção relativa ao planejamento orçamentário de Tecnologia da Informação e Comunicação.

As ações do PDTIC 2018-2020 que preveem contratação estão mapeadas aos respectivos itens no PAA por meio da coluna “Projeto/Ação suportado pela aquisição”. O Plano Anual de Aquisições pode ser consultado em seção própria no sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região na Internet, bem como acessando diretamente os documentos nos endereços listados na tabela abaixo.

Plano Anual de Aquisições – página inicial	https://www.trt1.jus.br/web/guest/plano-de-aquisicoes
Plano Anual de Aquisições 2018	https://www.trt1.jus.br/documents/22638/9899169/plano+aquisicoes+2018.pdf/abed0ed3-b653-4e82-af44-a0aea68bd148?version=1.0
Plano Anual de Aquisições 2019	https://www.trt1.jus.br/documents/8986547/9135110/Plano+Anual+de+Aquisi%C3%A7%C3%B5es+2019/6c50ad1e-7dd4-422b-b86e-c78341a7ae1d?version=1.0